

A fé de Abraão e o Édipo ocidental

A sociedade humana está assentada sobre uma base de mitos que fundam a consciência social e formulam o espaço dentro do qual são formadas todas as relações sociais, especialmente as relações de dominação. Este espaço mítico não é necessariamente consciente, mesmo que o mito fundante o expresse de alguma maneira. O mito fundante cria uma continuidade, muito difícil de ser rompida, e que, através de diversas rupturas aparentes, sempre volta a impor-se sob nova forma. Continuamente o mito fundante trata da vida e da morte — e em seu centro estão um assassinato e sua recuperação ou superação. O que muda é o significado do assassinato e a forma de superar suas conseqüências para alcançar a recuperação.

Interessa-nos aqui a sociedade ocidental, nascida na Idade Média européia, hoje compreendida como ocidente cristão. A sociedade ocidental tem uma história em que é possível distinguir o desenvolvimento de um mito fundante a partir de mitos fundantes de sociedades anteriores. Analisaremos, pois, alguns destes mitos a fim de podermos lançar uma tese sobre o mito fundante da própria sociedade ocidental. Parece-nos necessário e adequado começar com o da sociedade judaica, porque é um dos antecedentes-chaves do surgimento da referida sociedade ocidental.

O MITO DE ABRAÃO COMO MITO FUNDANTE

A sociedade judaica, nascida a partir do Êxodo, tem no mito de Abraão seu mito fundante. E este encontra profundo conteúdo no sacrifício de Isaac por seu pai Abraão. Trata-se da história de um assassinato, mas que, curiosamente, não se consuma. Enquanto mito fundante, revela-se na ambigüidade de uma decisão: por um lado, de não matar; e, por outro, de assassinar, sendo, porém, o assassinato impedido por uma força maior. Revela-se neste mito a ambigüidade da consideração da fé de Abraão: uma

fé que consiste na decisão de *não* matar seu filho; mas, em contrapartida uma fé que consiste na decisão de matá-lo, ficando esta, todavia, apenas no mero campo das intenções. Por um lado, a fé que não mata e, por outro, a fé que mostra sua força ao revelar sua disposição para matar.

Vejamos, primeiramente, a letra do texto que transmite este mito. Ao tratá-lo como mito, não lhe estamos negando sua historicidade. Provavelmente, trata-se de um mito surgido a partir de um fato histórico (Gn 22,1-19): "Tempos depois, Deus submeteu Abraão a uma prova. Chamando-o, disse: 'Abraão', e ele respondeu: 'Aqui estou'. E Deus disse: 'Toma teu único filho Isaac a quem tanto amas, dirige-te à terra de Moriá e oferece-o ali em holocausto sobre um monte que te indicar'. Abraão levantou-se bem cedo, selou o jumento, tomou consigo dois criados e o filho Isaac. Rachou lenha para o holocausto e se pôs a caminho para o lugar do qual Deus lhe havia falado. Ao terceiro dia Abraão levantou os olhos e viu de longe o lugar. Disse então aos criados: 'Ficai aqui com o jumento enquanto eu e o menino vamos até lá. Depois de adorarmos a Deus, voltaremos a vós'. Abraão tomou a lenha para o holocausto e pôs às costas do filho Isaac, enquanto levava o fogo e a faca. E os dois continuaram caminhando juntos. Isaac disse ao pai Abraão: 'Pai!' 'O que queres, meu filho?', respondeu. E o menino disse: 'Temos o fogo e a lenha mas onde está o cordeiro para o holocausto?' E Abraão respondeu: 'Deus providenciará o cordeiro para o holocausto, meu filho'. E os dois continuaram caminhando juntos. Chegados ao lugar indicado por Deus, Abraão ergueu ali o altar, colocou a lenha em cima, amarrou o filho e o pôs sobre a lenha do altar. Depois estendeu a mão, empunhando a faca para imolar o filho. Mas o anjo do Senhor gritou-lhe dos céus, dizendo: 'Abraão! Abraão!' Ele respondeu: 'Aqui estou!' E o anjo disse: 'Não estendas a mão contra o menino e não lhe faças mal algum! ... 1 ... Abraão ergueu os olhos e viu atrás de si um carneiro preso pelos chifres num espinheiro. Pegou o carneiro e ofereceu-o em holocausto em lugar do filho. Abraão passou a chamar aquele lugar: 'O Senhor providenciará'. Hoje se diz: 'No monte em que o Senhor aparece'. O anjo do Senhor chamou Abraão pela segunda vez lá dos céus e lhe falou: 'Juro por mim mesmo — oráculo do Senhor — uma vez que agiste deste modo ... 2 ..., eu te abençoarei e tornarei tão numerosa tua descendência como as estrelas do céu e como as areias da praia do mar. Teus descendentes conquistarão as cidades dos inimigos. Por tua descendência serão abençoadas todas as nações da terra, porque tu me obedeceste'. Abraão retornou até aos criados e juntos puseram-se a caminho de Bersabéia, onde Abraão passou a residir".

A história de Abraão é o contrário do que esperamos ouvir. Obedecendo a Deus, Abraão sai para matar seu filho. Atende, contudo, ao anjo de Deus que ordena não matar o rapaz. Obedece e isso lhe confere a bênção. É abençoado porque *não* matou seu filho; ou seja, porque não cumpriu a lei divina de seu tempo; sacrificar a Deus o primogênito. Abraão não sacrifica e, por isso, é abençoado.

Para dar esta forma à história, suprimi duas frases, ambas do anjo de Deus:

- 1) "(...) Agora sei que temes a Deus, pois não me recusaste teu único filho (...);"
- 2) "(...) e não recusaste teu único filho (...)"

Estas duas frases invertem completamente o sentido da história. Isto porque o significado da frase “não me recusaste teu único filho” revela claramente ter existido a disposição de matá-lo. Possivelmente este é de fato seu sentido, mesmo que não seja necessariamente assim. Põem a obediência na vontade de matar Isaac e não no fato de que Abraão se coloca acima de uma lei que o obriga a matar seu filho. Omitindo estas duas frases, como de fato o fizemos, a obediência de Abraão está em *não* ter matado seu filho...

Surge aqui a pergunta: a história autêntica inclui, ou não, estas duas frases? Poderiam ser inserções posteriores com o fim de inverter a história. E isto é o mais provável, porque, de fato, as inserções não correspondem ao conjunto da história abraâmica.

Segundo o texto, Abraão sai para sacrificar seu filho porque o próprio Deus o exige. Trata-se do sacrifício do primogênito, uma lei geral do tempo, vigente em toda aquela cultura. É, por isso mesmo, considerada lei divina. Daí não ser surpresa nenhuma o pedido de Deus a Abraão, segundo o texto do Gênesis, de imolar seu filho. Este pedido é feito a todos os pais a partir de uma lei geral aceita. Tampouco surpreende o fato de Abraão se dispor a efetuar o sacrifício. Todos os pais de sua cultura estão dispostos a isso.

A surpresa aqui existente é o aparecimento do anjo de Deus que pede a Abraão para não sacrificar o rapaz. Pede-lhe para violar a lei. Ou seja, faz-lhe transgredir a lei divina. Trata-se de um ato difícil e que confronta Abraão com sua cultura e com a sociedade em que vive. Trata-se também de uma ruptura com a lei vigente em seu tempo e, por isso mesmo, de um conflito. Em consequência, terá de mudar sua residência, fixando-se então em Bersabéia. Provavelmente, por ter-se oposto à lei, foi perseguido.

O anjo lhe pede para fazer-se livre e pôr-se acima da lei. Abraão obedece. Obedece não a uma norma ou a uma lei. No obedecer ao anjo, faz-se livre e possuidor de uma liberdade que o põe acima da lei. Ao ser livre, é soberano frente à lei. Ele julga sobre ela. Para Abraão, a obediência o faz livre — o que se lhe pede é ser livre. Esta liberdade é conquistada ao *não* matar seu filho e ao enfrentar toda uma sociedade com sua cultura. Esta liberdade é sua fé. A fé de Abraão, portanto, está em *não* ter sacrificado Isaac. A inversão da história do sacrifício, ao contrário, situa a fé de Abraão na disposição e boa vontade de imolar o filho.

Mas esta afirmação de sua liberdade não é a afirmação de nenhuma arbitrariedade frente à lei. Abraão não é aquele que faz o que bem entende. É livre e não arbitrário. Afirma sua liberdade afirmando a vida, dos outros e a sua. Por isso não sacrifica Isaac, mas o destina à vida e, em consequência, à sua própria liberdade. Se “livremente” Abraão o tivesse sacrificado, não teria sido livre, mas escravo da lei e da morte. Daí sua liberdade não ser arbitrária. É, sim, afirmação da vida de todos e revogação de uma lei de morte.

Tampouco estamos diante de um simples subterfúgio. Frente à lei, Abraão não utiliza pretexto algum para salvar seu filho. Se assim tivesse agido, não seria aquele que descobre uma nova liberdade. Não teria fé. Ele, com sua fé, constitui nova relação ética, quebra a própria lei para

impor-se a ela. Filho algum deve ser morto e sacrificado. Deus é o Deus da vida. Não salva apenas seu filho, mas destrói o próprio sacrifício do filho pelo pai. A fé de Abraão significa rompimento com a cultura, a sociedade e as instituições de seu tempo e as submete à liberdade do homem, que é a afirmação da vida.

A esta afirmação corresponde a promessa, que é também promessa de vida: "Eu te abençoarei e tornarei tão numerosa tua descendência como as estrelas do céu e como as areias da praia do mar". Porque a liberdade foi alcançada pela afirmação da vida frente à lei de morte, a vida será abundante. A vida traz mais vida. Mas a lei persegue aquele que se faz livre pela afirmação da vida e se coloca acima desta mesma lei. Abraão tem consciência disso. Tanto que se muda para Bersabéia. Quando Jesus se deparou com semelhante situação, não havia nenhuma Bersabéia para se refugiar... Por causa disso, a lei o matou.

As inserções invertem esta liberdade de Abraão. Não podem ser senão posteriores. Pressupõem não se ter mais conhecimento de que, nos tempos de Abraão, a lei era considerada divina e ordenava precisamente sacrificar o primogênito. Portanto, não teria havido mérito algum na disposição abraâmica em imolar seu filho. Agora a história aparece fora de seu ambiente. É contada de uma tal maneira que faz do pedido de Deus a Abraão algo completamente excepcional. Abraão cumpre e, por isso, é abençoado. Disto resulta que a afirmação da morte traz a vida. Esta é precisamente a linguagem da lei, que carrega em si a morte, mas que a esconde, pois sustenta ser a afirmação da morte a garantia da realização da promessa da vida.

As duas inserções são coincidentes e formam uma só: "não recusaste teu único filho". Porém, até esta frase é ambígua. Ao não matar o filho, Abraão não o nega a Deus. Nega-o à morte. O Deus de Abraão é o Deus da vida. Ele entrega a seu Deus o filho precisamente ao não matá-lo. As inserções, ao contrário, insinuam que a disposição em matar Isaac é a de entregá-lo a Deus. Isso, porém, é impossível a partir do ponto de vista de Abraão. Ele resgata seu filho para Deus, ao não sacrificá-lo. Nisto está sua conversão à liberdade e sua revelação de Deus como Deus da vida e não da morte.

Os responsáveis pelas inserções não se atrevem a dizer o terrível: tua boa vontade de matar o próprio filho te salvou a vida. Quem se atreve a elogiar assim abertamente um crime? Por isso, escondem a apologia do crime por detrás de um texto ambíguo.

Além do mais, tinham que buscar uma expressão ambígua. A tradição oral mantinha o significado autêntico do sacrifício de Isaac. A inversão da tradição ocorre muito provavelmente quando, à época do rei Davi, põe-se por escrito esta tradição oralmente conservada com grande fidelidade. Não podiam abertamente mudá-la. Tinha de usar uma fórmula ambígua na qual fosse possível, de alguma maneira, a interpretação tradicional da história.

Isso traz uma surpresa. Ainda que inclua estas inserções, o texto da história do sacrifício de Isaac nunca afirma que a fé de Abraão tenha sido a disposição de matar seu filho. Apenas a socialização do leitor neste sen-

tido o faz ver tal significado, mas que, explicitamente, não existe. Foi-nos inculcado que pertencer a Deus é ser morto sacrificialmente: o “não recusaste teu único filho” então só encontra sentido na disposição de matá-lo. Mas pode igualmente significar o contrário: não estiveste disposto a sacrificá-lo porque, senão, o negarias a Deus. Deus, se é Deus dos vivos, o queria vivo. A prova da parte de Deus pode ter sido: se ele é capaz de matar teu filho, não tem fé e, portanto, não merece a promessa. Ao negar-se a matar, mostra sua fé e que não nega o filho a Deus.

Por isso também é possível que não se trate de uma inserção posterior, mas apenas de um exercício constante para ler o texto ao contrário. Existem muitos exemplos de troca de textos sem nenhuma mudança de suas palavras devido à simples reinterpretação do significado de algumas expressões-chaves. Veremos, adiante, que isso ocorre com a teologia paulina da lei, mudada completamente pela simples troca do significado de algumas palavras, especialmente de “carne” e “espírito”.

A inversão do texto no sentido sacrificial joga a liberdade de Abraão contra sua finalidade. Transforma o homem, que se pôs acima da lei, em seu cumpridor cego e, inclusive, criminoso. Num pai que até mata seu próprio filho — o crime maior que existe e cuja outra face é o assassinato do pai pelo filho — para cumprir a lei.

Se levarmos isso em conta, poderemos saber quem fez as inserções com o fim de inverter o texto. Foram os sacerdotes do templo, que tinham de afirmar a nova lei do Sinai. Matar o filho, em todo mito, é a afirmação da lei. Ao vincular esta lei à história de Abraão, tinham de reinterpretá-la para que Abraão servisse para afirmar a lei. Não serviria senão na forma agora criada. Para cumprir a lei, estava disposto a matar o próprio filho. A lei — qualquer lei — diz: todos temos que estar dispostos a isso. Abraão é grande porque teve a generosidade de matar Isaac. Por ter sido generoso, Deus o bendisse. Assim fala a lei. Porém, se tivesse sido realmente assim, Abraão não teria realizado nenhuma novidade, porque todo mundo em seu tempo agia deste modo. Mas Abraão fez algo totalmente novo, que subverteu toda lei, fadada a desaparecer para poder legitimar outra lei fundada precisamente nesta novidade. Funda-se na fé de Abraão, mas, para legitimar-se, tem que negar esta mesma fé. A lei do Sinai não é possível sem o ato de liberdade de Abraão. Mas não pode ser legitimada sem ser invertido o significado deste ato. Uma simples ambigüidade soluciona esta contradição. A liberdade, que está na origem da lei, deve ser negada para legitimar esta mesma lei. Assim, o ato grandioso de não matar o próprio filho é transformado em vontade de matá-lo. E Deus recompensa, intervindo e o salvando: a boa vontade de matar é suficiente. A lei, por isso, obriga o judeu a sacrificar simbolicamente seu primogênito, substituindo o filho por um animal de sacrifício.

O próprio Êxodo aponta os responsáveis por esta inversão do mito do sacrifício de Abraão (32,26-29): Moisés “postou-se à entrada do acampamento e gritou: ‘Quem for do Senhor, venha até mim!’ E todos os levitas juntaram-se a ele. Ele lhes disse: ‘Assim diz o Senhor, o Deus de Israel: Cinja cada um a espada na cintura. Circulai pelo acampamento e matai, de porta em porta, mesmo parentes, amigos ou vizinhos’. Os levitas fizeram o que Moisés mandou, de modo que naquele dia tombaram cerca de três

mil homens do povo. Moisés lhes disse: 'Hoje vos consagrastes ao Senhor, ainda que às custas do próprio filho ou parente, para que vos desse hoje a bênção' ”.

Esta é a inversão do mito de Abraão, que recusou matar seu filho e, por isso, recebeu a promessa e a bênção. Agora aparece o poder sacerdotal, exercido por uma classe que efetivamente assume o domínio político da sociedade constituída pela lei. São consagrados do poder, “ainda que às custas do próprio filho ou parente, para que vos desse hoje a bênção”. Não é relevante se este massacre de fato aconteceu. Provavelmente não é histórico. É muito lógica sua racionalidade mítica. Pressupõe a disposição de matar “filhos e parentes”. E dessa disposição provém a bênção. Descreve exatamente o que é o poder em termos míticos ao longo dos tempos. É a disposição de matar o filho e todos os filhos. É significativo que foram mortos “filhos e parentes”. Não foram assassinados os pais. É lógico: Eles são os pais, que, ao matar os filhos, sobre esta base exercem o poder.

A história autêntica de Abraão, evidentemente, não é compatível com semelhante constituição de poder. Este, para impor a lei, busca a bênção como resposta à sua disposição de sacrificar até mesmo o próprio filho. Abraão foi abençoado porque recusou imolar seu filho em cumprimento à lei — e se pôs acima dela. No entanto, o grupo sacerdotal, que assume o poder de Israel após o êxodo, sente-se filho de Abraão. E quer efetivamente sê-lo. Para tanto, tem de reler a história do sacrifício de Isaac. Transforma-a numa história em que também Abraão recebe a bênção devido à sua disposição de matar o próprio filho.

Mas isto não é tudo. A leitura assegura a ambigüidade do texto. Pode ser lido no sentido sacerdotal e do poder, ou no sentido autêntico e de libertação. Isso dá origem a uma dialética que nunca desapareceu em Israel até hoje. Naqueles tempos bíblicos, apresenta-se como a dialética do sacerdote oposto ao profeta — do templo e da opressão, por um lado; da justiça e da libertação, por outro.¹

Trata-se realmente de uma dialética e não de uma razão unilateral. A fé de Abraão, com sua liberdade que repudia matar seu filho em cumprimento à lei, representa já uma esperança para além de qualquer factibilidade humana. Não pode ser institucionalizada. Por isso é que, ao surgir, o poder sacerdotal a inverte para assim legitimar-se. O problema do poder continua hoje sendo o mesmo. Para institucionalizar esta esperança de liberdade tem de invertê-la e tornar a reinvertê-la. O sacerdote não é necessariamente o lado mau. O poder deve ser exercido e sua legitimação, em todo o mundo e em todos os tempos, está na disposição de matar o próprio

1. Este tipo de inversão é uma técnica do poder com o fim de esvaziar os movimentos de libertação e fazê-los servir aos próprios fins deste poder. É o que ocorre, neste momento, na América Latina, com a teologia da libertação. O Vaticano a quer resgatar e, com isso, destrui-la. Inaugura, portanto, uma teologia verdadeira de libertação. Mas esta, na verdade, vai contra a libertação. Quando, no Peru, foi sagrado bispo D. Ricardo Durand, dizia-se por parte do CELAM: “D. Ricardo Durand é conhecido no Peru por ser também um dos principais promotores de uma teologia da libertação na linha do Magistério Pontifício e o mais enérgico crítico das vertentes marxistas da referida corrente” (SELAT, Servicios Latinoamericanos, n. 13, julio 13, 1988). Parece que Ratzinger em pessoa pretende ser o verdadeiro teólogo da libertação. No entanto, para que esta manobra seja eficaz, é preciso introduzir ambigüidades nesta própria teologia verdadeira da libertação. E, assim, confundir os demais. Estes, porém, sempre provaram que ela é uma inversão da primeira. A libertação verdadeira de Ratzinger se fundamenta na fé da disposição do pai em matar seu filho. Já a outra, que é acusada de marxista, se fundamenta na fé de que o pai *não* mata seu filho. Não se sabe por que isso é marxismo. Por acaso Marx não aceitou uma fé baseada na disposição do pai em matar seu filho? Será mal isso? Em que consiste esta maldade?

filho. Mas também é necessário assegurar a liberdade, que é *não* matar o filho, frente a este poder. Abraão é o primeiro pregador da anarquia como ordem sem leis. E, desde então, nunca desapareceu esta grande esperança da vida humana e jamais desaparecerá. É o verdadeiro gerador da liberdade.

A história de Abraão, mesmo que efetivamente histórica, cumpre a função de mito fundante de toda uma estrutura social. Tem um sentido moderno porque sustenta a ambigüidade. Pode ser lido a partir da ótica da classe dominante e, também, da libertação frente à opressão. O mito grego não tem esta ambigüidade. Na tradição grega não existe nenhum Abraão que afirme sua liberdade ao *não* matar seu filho. Como mito fundante é mito de poder e nada mais. O mito abraâmico, ao contrário, serve tanto à dominação quanto à contestação daquela. E é freqüentemente invertido e reinvertido.

O MITO DE ABRAÃO E OS MITOS GREGOS

O mito do pai que mata seu filho — e do filho que mata seu pai — aparece de alguma maneira nos mitos fundantes de todos os grupos humanos que estabelecem, pela lei, alguma ordem social. Mas aparece de maneira diferenciada. O mito abraâmico é a solução judia do problema. O problema existe em todas as partes.

Diante do fato de que o cristianismo nasce da tradição judaica — e, portanto, do mito de Abraão — mas que, em seguida, cresce num ambiente formado pela mitologia grega, que o heleniza, faz-se necessário ver como o helenismo enfrenta este mesmo problema.

Na tradição grega aparece igualmente o pai que mata seu filho. No entanto, há a recíproca: o filho que mata seu pai — Édipo. Existe um círculo desconhecido pela tradição abraâmica. Nesta, há um pai que tem de matar seu filho. Mas descobre sua liberdade e não o mata. Conseqüentemente, não aparece o filho matando o pai. Isaac não sacrifica o pai Abraão porque este não sacrificou aquele. Assim como o pai se faz livre, assim também o filho.

Na tradição grega, ao contrário, o pai sempre busca matar o filho. Este sobrevive apenas se o pai, sem saber, falhar em sua intenção. Mas faz tudo para matar o filho e crê tê-lo morto. Se, no entanto, devido a alguma coincidência — sempre ligada à bondade de alguém — o filho sobreviver, será para agora matar seu pai. Trata-se de um círculo trágico que atravessa toda a mitologia grega.

E isto já se inicia com os mitos fundantes do mundo dos deuses. Úrano, primeiro dos deuses, lançou os Ciclopes, seus filhos, no Tártaro. Os Titãs, seus outros filhos, levantam-se contra ele, a pedido de Géia, a mãe, que queria libertar-se da opressão do esposo. Crono, um dos Titãs, mata Úrano, castrando-o. Crono, então, apossa-se do governo do mundo. Mas como havia a predição de que um de seus filhos lhe roubaria o trono, devora-os a todos assim que nascem. Busca, deste modo, impedir que algum realize o vaticínio. Zeus, o caçula, escapa de ser devorado sem que Crono

se dê conta. Depois de muitas peripécias e de ter libertado seus irmãos das entranhas do pai, Zeus o mata.²

É sempre o círculo se completando. E no mito de Édipo este círculo é mais completo. A Laio, pai de Édipo, é vaticinado que seria morto pelo filho. Prevenindo-se contra isso, trata de eliminar a criança ainda recém-nascida. Édipo, porém, segundo algumas variantes, escapa da morte. Adulto, sem conhecer seu pai, mata-o. E, também sem saber, casa-se com a própria mãe, Jocasta. Tem com ela dois filhos, Etéocles e Polinice, e duas filhas, Antígona e Ismene. Quando soube que tinha matado seu pai e casado com sua mãe, vaza os próprios olhos. Jocasta, por sua vez, enforca-se. Édipo ainda vive mais um pouco, louco e errante. Entre seus filhos, Etéocles e Polinice, estabelece-se grande conflito pela sucessão paterna, matando-se, em duelo, um ao outro. Creonte, o novo rei, proibiu o enterro de Polinice. Quando, porém, Antígona violou a proibição, também ela encontrou a morte.

Todo o mito está concebido a partir do direito do pai de matar seu filho. O mito encobre isso trazendo à cena um oráculo que vaticina a morte do pai pelas mãos do filho. Este, portanto, trata de tomar por primeiro a iniciativa antes que a predição aconteça. Mas não há nenhuma prova de que o vaticínio acontecerá. É uma simples suposição legitimadora.³ O filho, ao contrário, não tem direito de defender-se, ainda que, por fim, mate seu pai. Mas não deve matá-lo. O pai, todavia, tem este direito. De novo o mito de Édipo encobre isso. O filho não mataria o pai se soubesse que era seu pai. Não se casaria com a mãe se soubesse que era sua mãe. O filho não pode reivindicar nenhuma defesa. Faz tudo isso só porque não sabe que o pai é seu pai e que a mãe é sua mãe. Quando tem consciência de toda a situação, Édipo se autodestrói. Esta mesma autodestruição alcança seus filhos, que se eliminam mutuamente.

Existe uma lei e uma autoridade que se impõem legitimamente matando. Diante dela, há uma resposta, mas esta não é legítima. Édipo não reivindica nenhuma liberdade, mas um círculo de violência sem fim e do qual não há escapatória. A lei é a referência e ela mata e pode matar legitimamente. O homem reage e acaba também matando. Porém não consegue nada além de cumprir com seu destino de autodestruição. Deste círculo não há saída, mesmo que a legitimidade esteja ao lado do pai que mata o filho.

A tradição abraâmica é bem diversa. Nela existe a liberdade, jamais sonhada pela tradição grega. Esta não dá testemunho de ninguém que tenha tido a liberdade de Abraão. Não fala de nenhum pai que recusa assassinar seu filho. Não contém este grande ato de liberdade humana frente à lei, esta afirmação infinita da subjetividade humana que despreza a lei se necessário for. Toda a tradição grega é curiosamente cega quando se trata desta liberdade.

2. N. T. — Para uma maior compreensão dos mitos fundantes gregos, cf. Brandão, Junito de Souza. *Mitologia Grega*. Petrópolis, Editora Vozes, 3 vols.

3. Em toda a história volta esta questão. Pinochet chamava os "subversivos" de assassinos de seu pai. O pai, logicamente, era ele mesmo. Quando concretizou o golpe militar chileno, Pinochet dizia: "Ou eles nos matavam ou nós os matávamos". Matando-os, antecipava-se ao assassinato do pai. No assassinato do filho deve-se declarar a prevenção do assassinato do pai. Isso, na antiguidade, era encoberto por uma profecia. Mas ninguém queria matar Pinochet. Hoje, como resultado do assassinato do filho, isso é diferente.

Abraão reivindica sua liberdade, que é o mesmo que reivindicar sua vida. E sua vida está ligada à vida de seu filho e de todos os demais. Abraão não mata e não está disposto a matar. Sua fé está em não ter esta "boa vontade" de eliminar o filho, como lhe exige a lei. Ele recusa cumpri-la e o anjo de Deus lhe pede obediência a esta mesma fé. Para a tradição grega isto é totalmente estranho.

Continuando a comparação entre estas duas tradições míticas, temos Isaac que não elimina seu pai, pois não há nenhuma razão para matá-lo. Seu pai não o matou — por que, então, matá-lo? Daí o judaísmo não ter Édipo. Começa igual ao mito grego: um pai que sai para sacrificar o filho. Todas as cartas parecem estar marcadas. No entanto, Abraão se liberta. Não mata Isaac. Aqui surge a diferença com Édipo: o pai não assassinou o filho e este não assassinou o pai. Abraão se liberta e Isaac faz sua esta liberdade.

Contudo, como no caso dos filhos de Édipo, também entre os filhos de Abraão surge o conflito pela sucessão. Surge, neste caso, o conflito entre os filhos do filho — entre Jacó e Esaú, filhos de Isaac. Jacó obtém, através de uma artimanha, os direitos de primogenitura de Esaú. E este, ludibriado pelo irmão, fica profundamente indignado. Nasce daí uma forte razão para o duelo de morte como tiveram os filhos do herói helênico. Contudo, na tradição abraâmica continua a surgir a mesma liberdade que teve Abraão. Os dois irmãos, passado muito tempo, se encontram para trocar um grande abraço, através do qual Esaú expressa seu perdão a Jacó. O abraço dos filhos de Isaac é a contrapartida do duelo entre Etéocles e Polinice. É o reencontro dos livres. Semelhante abraço se repete com os filhos de Jacó, que buscaram matar o irmão José. Este, porém, conseguiu continuar vivo sem que os irmãos suspeitassem. Numa situação de emergência, acabam se encontrando no Egito. José reconhece seus irmãos, mas não é reconhecido por eles. Ajuda-os e, depois, dá-se a reconhecer. Dá-lhes o abraço de perdão. Trata-se novamente de um abraço que se contrapõe ao duelo mortal dos filhos de Édipo.

Há todo um contexto da tradição abraâmica que aparece como contrapartida do mito de Édipo. Em ambos os casos, o pai sai para matar o filho. Em Édipo, efetivamente o mata, ainda que escape; em Abraão, não o mata e coloca sua liberdade acima da lei. No mito de Édipo, o filho mata o pai; no de Abraão, o filho nem pensa em matar o pai. No mito grego, os filhos se matam mutuamente em conflito pela sucessão; no judaico, este conflito é resolvido pelo abraço de perdão. Na tradição grega, a violação da exogamia por Édipo, que se casa com sua mãe, é violação extrema castigada com a morte; na tradição abraâmica, o patriarca apresenta sua mulher Sara como irmã — e possivelmente o era — e isso lhe salva a vida e o próprio Deus age em seu favor.

Abraão alcança a liberdade acima da lei e, por isso, tem um desenlace feliz e é apresentado com a promessa de Deus. Édipo, ao contrário, não consegue fugir do círculo da lei e se enreda num final trágico, do qual não há escapatória.

Esta comparação confirma, ao menos indiretamente, nossa interpretação da história autêntica de Abraão. Se ele tivesse efetivamente matado seu filho — ou tivesse tido a disposição de matá-lo — Isaac teria matado

Abraão. E seus filhos — ou os filhos de seu filho — teriam se eliminado em duelo de morte como os filhos de Édipo. O contexto fala claro. Não é compatível com a apresentação do sacrifício de Abraão no sentido de uma disposição de matar seu filho, salvo apenas devido à intervenção divina. Abraão salva seu filho por sua fé. Os responsáveis pela inserção, que inverte a história autêntica do sacrifício de Isaac, não se deram conta deste contexto. Ignorando-o, traem-se a si mesmos.

JESUS E A TRADIÇÃO ABRAÂMICA

Jesus se pronuncia a respeito do sacrifício de Isaac exatamente no sentido de sua formulação autêntica — sem as inserções que a invertem. No evangelho de João, Jesus enfrenta os que o perseguem e querem matá-lo. Daí Jesus se identificar com Isaac, filho de Abraão. Eis o texto do evangelho (Jo 8,31-59): “‘Se permanecerdes em minha palavra, sereis na verdade meus discípulos e conhecereis a verdade e a verdade vos libertará’. Responderam-lhe eles: ‘Somos descendentes de Abraão e jamais fomos escravos de alguém. Como dizes: sereis livres?’ Respondeu Jesus: ‘(...) *Bem sei que sois descendentes de Abraão, mas quereis matar-me* porque minha palavra não é acolhida por vós...’ Respondendo, disseram-lhe: ‘Nosso pai é Abraão’. Disse-lhes Jesus: ‘*Se fôsseis filhos de Abraão, faríeis as obras de Abraão. Eis que agora procurais tirar-me a vida, a um homem que vos tem falado a verdade, que ouviu de Deus. Isso Abraão não fez. Vós fazeis as obras de vosso pai*’. Retrucaram-lhe eles: ‘Nós não nascemos da prostituição. Temos um só Pai, Deus’. Disse Jesus: ‘Se Deus fosse vosso Pai, vós me amaríeis. Saí e venho de Deus. Não vim por mim mesmo. Foi Deus que me enviou. Por que não me compreendeis a linguagem? É porque não sois capazes de ouvir minha palavra. *Vós tendes como pai o diabo e quereis fazer os desejos de vosso pai. Desde o princípio ele foi homicida.* (...) Em verdade, em verdade vos digo: se alguém guardar minha palavra jamais verá a morte’. Disseram os judeus: ‘Agora nos convencemos de que tens o demônio. Abraão morreu, também os profetas, e tu dizes: *quem guardar minha palavra, nunca provará a morte.* Acaso és maior do que o pai Abraão, que morreu? E os profetas também morreram. Quem pretendes ser?’ Em resposta disse Jesus: ‘(...) Abraão, vosso pai, alegrou-se porque haveria de ver meu dia. Viu e exultou’. Os judeus retrucaram: ‘Ainda não tens cinquenta anos e viste Abraão?’ Respondeu Jesus: ‘Em verdade, em verdade vos digo: antes que Abraão fosse, eu sou’. *Apanharam pedras para atirar-lhe, mas Jesus se escondeu e saiu do templo*”.

Jesus se identifica com Isaac, filho de Abraão. Seus perseguidores, por serem descendentes do patriarca, dizem-se seus filhos. No entanto, Jesus lhes mostra que quem é filho de Abraão tem de se comportar como Abraão. Mas eles querem matar e Abraão não matou. Daí não serem filhos de quem dizem ser: “Se fôsseis filhos de Abraão, faríeis as obras de Abraão. Eis que agora procurais tirar-me a vida... Isso Abraão não fez...” Portanto, não são filhos de Abraão, mas do diabo: “Vós tendes como pai o diabo e quereis fazer os desejos de vosso pai. Desde o princípio ele foi homicida...” O homicida é filho do diabo.

Estas palavras de Jesus revelam sua compreensão da história de Abraão e do sacrifício de Isaac. Não são compreensíveis senão no caso em que Jesus considera como fé de Abraão o fato de ele *não* ter matado seu filho. Se Jesus compreendesse a fé de Abraão em sua disposição de matar Isaac, teria de elogiar seus perseguidores como verdadeiros filhos de Abraão. Estes perseguidores podem interpretar sua própria disposição em matar com esta fé invertida de Abraão e, por isso, considerar-se filhos de Abraão. Jesus não pode fazer isso. Portanto, atribui esta disposição de matar aos filhos do diabo e não à fé: "Desde o princípio ele (o diabo) foi homicida..." Os inimigos de Jesus, ao interpretar a fé de Abraão como disposição de matar seu filho, deixam de ser filhos de Abraão e se transformam em filhos do diabo.

Seguir a Abraão significa não matar — é afirmar a vida de todos. E vida gera vida. Daí a promessa de Jesus: "Se alguém guardar minha palavra, jamais verá a morte". Complementa e radicaliza a promessa de vida que o anjo de Deus fez a Abraão: "... te abençoarei e tornarei tão numerosa tua descendência como as estrelas do céu e como as areias da praia do mar". A vida é gerada pela afirmação da vida. A afirmação da morte cria morte e não vida.

A desaprovação de Jesus para com a atitude de seus adversários é respondida, todavia, pela intenção de matá-lo: "Apanharam pedras para atirar-lhe, mas Jesus se escondeu e saiu do templo". Tal fato lembra o final da história de Abraão e Isaac: "Abraão retornou até aos criados e juntos puseram-se a caminho de Bersabéia, onde Abraão passou a residir". Abraão precisa fugir após ter-se negado a sacrificar seu filho. Os dois buscam refúgio; e Jesus, identificando-se com Isaac, precisa fazer o mesmo porque os filhos de Abraão não agem como Abraão. Desta feita, Jesus encontra uma Bersabéia... Depois já não a encontra mais e, efetivamente, é morto.

Mas quem mata Jesus? Não adianta muito afirmar que foram os filhos do diabo. Precisamos saber como agem os filhos do diabo. Não matam por satisfação. O próprio evangelho de João insiste várias vezes que Jesus foi morto em cumprimento à lei, considerada divina. A lei mata e se mata em nome dela. É importante lembrar que o próprio Abraão saiu para sacrificar seu filho Isaac em cumprimento da lei, tida como de Deus. Se o pai tivesse assassinado o filho, este teria sido morto pela lei. Mas Abraão se impôs à lei e a subordinou à vida. Não matou e, portanto, mereceu a promessa da vida. Quando Jesus é conduzido ao sacrifício, os que o matam não têm a fé de Abraão. Têm outra fé, que é a disposição de matar. Nesta fé — uma inversão da fé de Abraão — afirmam a lei e o matam.

Ao não ter nenhuma Bersabéia, Jesus aceita ser morto pela lei. Em sua morte se revela a maldade da lei — a lei como portadora de morte — e esta agora é visível para seus crentes. Isso é uma renovação e radicalização da fé de Abraão. A salvação trazida pela morte de Jesus, portanto, não é sacrificial. Está nesta revelação da maldade da lei. A lei matou o portador da vida. Surge uma nova liberdade na tradição de Abraão. Ser livre é colocar-se acima da lei; a liberdade está para além da lei e não em seu cumprimento enquanto norma. Liberdade é submeter a lei — qualquer lei — à afirmação da vida do homem.

Nesta linha surge a teologia paulina da lei.

A TEOLOGIA PAULINA DA LEI E O PECADO ESTRUTURAL

A teologia paulina da lei reflete o grande impacto sentido pelos primeiros judeu-cristãos pelo fato de que Jesus, autor da vida, foi morto em cumprimento da lei, que é lei de Deus dada para a vida. Todo o pensamento de Paulo gira em torno desta questão, nele melhor explicitada do que nos demais apóstolos. Portanto, Paulo se convence de que o cumprimento da lei conduz à morte. E não precisa ser necessariamente a lei mosaica, mas qualquer lei em qualquer circunstância.

"Outrora, sem a Lei, eu estava vivo, mas, com a vinda do preceito, o pecado reviveu, e fiquei morto. Assim o preceito, que devia dar a vida, conduziu-me à morte. Porque o pecado, por ocasião do preceito, reduziu-me e por ele me matou" (Rm 7,9-11).

O texto fala de pecado, mas não no sentido de transgressão de uma lei. Está na lei, age através da lei, se serve da lei. Portanto, age através da lei precisamente quando esta é cumprida. No cumprimento da lei é que age o pecado. São Paulo fala de uma lei e de mandamentos institucionalizados em estruturas. É lei vigente, que é a outra face de uma estrutura. O pecado opera através da estrutura e de sua lei vigente e não através da transgressão da lei. Este pecado é um ser substantivado, do qual a lei deriva sua própria existência, e que está nesta mesma lei. É um pecado estrutural.

São Paulo revela as conseqüências da ação do pecado através da lei: a lei mata ("o preceito conduziu-me à morte"). É reino da morte, reino com uma ética exigente. As conseqüências funestas desta ética não são minimizadas pelo fato de ser exigente. É ética da morte. A ética da lei é presença da morte, porque mata. Se esta análise for correta, então existem pecados no sentido de transgressões de alguma lei e há pecado quando se mata para o próprio cumprimento da lei. Somente este pode ser pecado estrutural. Trata-se de uma morte levada a termo para afirmar uma determinada estrutura e, com isso, uma determinada ética. A prova deste pecado é precisamente a morte — a morte como conseqüência da estrutura e de sua afirmação. Mas se trata de morte em sua plenitude, não daquilo que se chama morte da alma.

Sempre que a afirmação de uma estrutura e o cumprimento de uma lei conduzem à morte, aí está agindo o pecado. Quando o inquisidor, no cumprimento de sua lei, elimina na fogueira o herege, implanta-se o pecado através desta lei que produz morte. O inquisidor não transgredir, mas cumpre a lei. Cumprindo-a, comete pecado, fruto da lei que traz a morte. Identifica-se com o pecado e o faz seu. É pecador sem ter cometido nenhuma transgressão da lei. É pecador ao identificar-se com o pecado estrutural. Daí ser ele o único pecador e não a estrutura. Faz-se escravo do pecado. Isso é pecado e sem nenhuma transgressão da lei. É o pecado, ao lado do qual as transgressões são coisas pequenas, pecadinhos. Este é, ao menos, o ensinamento de São Paulo.

Este pecado consiste no cumprimento de uma ética, às vezes muitíssimo exigente. É bastante árduo praticar o mal. Os pequenos pecados são fáceis de se cometer — já o pecado, não. Ir ao inferno é tarefa difícil. Impõe sacrifício e uma ascese do mal. O pecado estrutural é exigente, tem

normas, condena aquele que não lhe é fiel. Trata-se, segundo São Paulo, do reino da morte. Se se estabelecesse por transgressões, não seria reino, mas caos. A ordem, afirmada pela lei, ela mesma traz morte. Por isso é que o inquisidor só pode ser um asceta. Como diz Brecht, diante de dragões da arte chinesa, símbolos do mal: suas faces revelam o quanto é difícil fazer o mal. A conquista da América, sua evangelização, a colonização, a cobrança atual da dívida externa, tudo isso é cumprimento de uma lei, através da qual age o pecado a fim de produzir morte. E os que pregam tais ensinamentos pecam por serem escravos do pecado e por cumprirem a lei. Pecam ao se identificarem com o pecado estrutural.

Há, porém, uma enorme diferença entre *este* pecado e os pecados. Os pecados são transgressões. E quem os comete tem consciência de que está transgredindo uma norma ética. Com o pecado é diferente. A ética o confirma e pede que seja cometido. Tem de ser cometido porque qualquer ética pede cumprimento de suas exigências e orienta a consciência do pecado para as transgressões. Para a ética normativa somente existem pecados — o pecado, como pecado estrutural, não. Como está intimamente ligado ao interior da ética e de seu cumprimento, a ética não pode denunciá-lo. Pode apenas denunciar transgressões. Daí o pecado consistir na identificação com o pecado estrutural, cometido sempre sem uma consciência dele mesmo. Seu próprio caráter leva à eliminação da consciência do pecado. Este pecado é cometido em boa-fé. Ou seja, com a consciência de cumprir com as exigências éticas. Surge aqui a pergunta: aquele que cumpre com as exigências éticas, até com sacrifícios pessoais, pode ser pecador? A tese do pecado estrutural indica ser isso possível. Mas, então, existe pecado sem consciência de culpa, sem consciência de pecado. O pecado não pode ser pecado pessoal, pois este pressupõe consciência de culpa.

Sem dúvida alguma, é a este pecado que Jesus se refere quando perdoa seus assassinos — eles não sabem o que fazem. Cometem o pecado porque se identifica com o pecado estrutural, que mata através da lei. Matam Jesus cumprindo a lei e não a transgredindo. Matam sem consciência do pecado. É a lei, que apaga a consciência daquele pecado, que mata através do cumprimento da lei. A essência da lei é conduzir à prática deste pecado. Isto acontece pelo próprio cumprimento da lei. Ao provocar a consciência dos pecados no sentido de transgressões, a lei elimina precisamente a consciência do pecado que se comete por identificação com o pecado estrutural. A lei destrói por apresentar seus valores como absolutos.

A este reino da morte, que é a ordem da lei, São Paulo contrapõe o reino da vida, desabrochando para além da lei e da ordem institucionalizadas. O cumprimento da lei não conduz ao reino da vida. A lei proíbe matar. Ao se cumprir, porém, esta proibição, ela mata. Implicitamente esta análise conduz à *opção preferencial pelos pobres* como critério de discernimento da lei e da ordem. A lei cumprida mata o pobre — o pobre, portanto, tem de ser seu critério de discernimento e aquele que faz o discernimento. *Surge uma nova subjetividade, que parte do pobre, e uma nova liberdade, que está na afirmação da vida de todos. Mas a afirmação da vida de todos é necessariamente uma opção preferencial por alguns: os pobres.* Esta é a lógica da crítica paulina sobre a lei, que posteriormente se torna explícita. *Desemboca num messianismo do pobre*, ainda que poucas vezes fale dele.

A RECUPERAÇÃO DO SACRIFICIAL

A crítica paulina da lei não é sacrificial. É a tomada de consciência do fato resultante de uma catástrofe: o cumprimento da lei, dada para a vida, mata o autor da vida. E isso exige a reconstrução completa da relação com a lei e a legalidade que matam. Para não matar, necessário se faz ultrapassar o espaço da lei. Mas a fé vence a morte. Daí a fé estar à frente da lei e julgá-la. A fé não pode estar no cumprimento da lei.

No entanto, esta posição de Paulo, que está em conformidade com a visão que Jesus tem, em Jo 8, da fé de Abraão, não é compartilhada por todos os autores da mensagem cristã. Muito mais direta é a afirmação de que a fé de Abraão consiste em sua disposição de matar seu filho. Diz a Carta aos Hebreus (11,17-19): "Pela fé Abraão ofereceu Isaac, quando foi posto à prova; ofereceu seu único filho, que recebera as promessas e de quem lhe fora dito: 'por Isaac terás tua descendência', pensando que até dos mortos poderia ressuscitá-lo e assim o recuperou em figura".

E a Carta de Tiago (2,20-23) afirma: "Queres saber, homem insensato, como a fé sem as obras é estéril? Abraão, nosso pai, não foi justificado pelas obras quando ofereceu sobre o altar Isaac, seu filho? Vês como a fé coopera com as obras e como pelas obras se tornou perfeita a fé? E se cumpriu a Escritura, que diz: Mas Abraão teve fé em Deus e lhe foi contado como justiça e ele foi chamado amigo de Deus".

Estas duas citações confirmam que a fé de Abraão se revela em sua disposição de sacrificar Isaac. Por estar disposto a matá-lo, é chamado justo. Matar o filho é obra de fé. Agir assim é ser amigo de Deus. Imolar o filho, agora, já não é obra de uma lei, que conflita com a fé, pois esta se nega ao assassinato. Ao contrário, o assassinato é prova de fé.

Esta posição é contrária à tradição paulina, na qual a fé está em conflito com a morte e, portanto, com a lei.⁴ Mas é desta diferente interpretação da fé abraâmica que surge, agora, toda uma compreensão sacrificial da morte de Jesus. Isso é conduzido, de um lado, pela inversão da crítica paulina da lei e, de outro, pela interpretação da morte de Jesus segundo a visão sacrificial do sacrifício de Isaac por Abraão.

4. O texto da Bíblia das Edições Paulinas (1972, p. 413) faz o seguinte comentário: "Parece que São Tiago e Paulo tiram ensinamentos contrários dos mesmos exemplos. Paulo diz: 'Abraão foi justo pela fé e não por praticar a lei'. Já Tiago afirma que foram salvos ao pôr a fé na prática. Na verdade, ao falar em práticas, Paulo pensa nos ritos e observâncias religiosas dos judeus que não servem à salvação. E afirma que a fé é o princípio de toda a vida cristã. Tiago, ao contrário, ao falar de práticas, pensa nas obras que o amor inspira. E Paulo diz o mesmo, quando escreve em Gl 5,6: 'A fé se faz eficaz pelo amor'". Mas Paulo, quando fala da eficácia do amor, não inclui nas obras do amor o assassinato do filho. Ao contrário, fala em não matá-lo. Tiago, ao contrário, pode considerar o matar o filho uma obra de amor. E isso não faz diferença? Tiago pensa em termos de amor o cumprimento da lei. E Paulo, em termos de superação da lei. Por isso, chegam a conclusões opostas. E é falso que Paulo, ao falar das obras da lei, pense somente nos ritos e observâncias religiosas dos judeus que não servem à salvação. Ele se refere a toda a lei que exige cumprimento legal. Além do mais, a lei judaica não é simplesmente rito religioso. É a institucionalidade de toda uma sociedade. Paulo desenvolveu sua teologia da lei sobretudo em sua Carta aos Romanos. Esta se dirige a pessoas que vivem em Roma, dentre as quais devia haver poucos judeus. Elas estavam diante de uma outra lei institucionalizada, que era a lei romana. Sem dúvida alguma, a crítica paulina da lei inclui a própria lei romana, que é o fundamento de toda a legalidade moderna burguesa. Existe um evidente medo de encerrar a crítica paulina da lei porque ela diz respeito à nossa própria legalidade hodierna: é lei que mata.

A INVERSÃO DA CRÍTICA PAULINA DA LEI PELA IDEOLOGIZAÇÃO DA MORTE

O critério paulino frente ao legalismo se manifesta precisamente no fato de que a lei conduz à morte. O pecado está exatamente nesta identificação com o pecado substantivado, que se serve da lei e, portanto, da estrutura, para trazer morte. Este pecado se estabelece sem que exista consciência do pecado. No entanto, vê-se a morte que o pecado traz. Ao menos, vêm-se os mortos. Vêm-se os hereges e as bruxas consumidos na fogueira. Vêm-se as populações exterminadas pela evangelização da América. Vêm-se os continentes destruídos pela lei da propriedade privada estabelecida pelas colonizações. Vêm-se os povos destruídos pelo pagamento da dívida externa. Vêm-se os mortos da Nicarágua assassinados em nome da lei do mercado total da *reaganomics* e da lei da democracia. Vê-se tudo isso.

Mas o pecado estrutural projeta a vida na imagem destes mortos. É bom até para os que morrem. A morte é serviço à verdadeira vida. Elimina-se, assim, o critério sobre o pecado. O mesmo já ocorre na morte de Jesus: é melhor que morra apenas um em vez de todo o povo. A morte é transformada num serviço à vida. Isto foi feito pelos inquisidores. Separaram a vida da alma da vida do corpo. E propiciaram à vida da alma alcançar a verdadeira vida. Queimaram os hereges. Mas foi o corpo que queimaram. A vida das almas estava salva. Levar à fogueira significa prestar serviço à vida. O extermínio das populações da América, a escravização dos continentes da África e da América, a colonização do mundo inteiro e a destruição de suas culturas, a cobrança da dívida externa hoje, o terrorismo dos "contras" dirigido pelo governo dos EUA e financiado por sua ajuda humanitária... tudo isso é puro serviço à vida. Há mortos, mas não há morte. Na verdade, os mortos são sinais da vida. São Paulo pode ficar satisfeito...

Mas não é nada disso. A corporeidade paulina não permite a divisão do sujeito em corpo e alma separados. A vida é vida do corpo. E a vida da alma é visível exclusivamente através da vida do corpo. Matar o corpo é destruir a alma. Ambos, juntos, ressuscitarão. São Paulo jamais concebe uma alma que vive sem corpo. No entanto, o pecado estrutural impõe esta separação a fim de poder interpretar a morte, por ele mesmo produzida, como vida verdadeira. Daí a lei e a estrutura, ao matar, produzirem vida. Por detrás desta ideologização esconde-se o pecado estrutural.

Analisemos alguns exemplos desta ideologização do pecado estrutural. O primeiro será a interpretação de Bernardo de Claraval sobre a morte que os cruzados trazem consigo ao levar a lei e a estrutura do cristianismo medieval à Terra Santa: "Mas os soldados de Cristo combatem serenos as batalhas do Senhor, sem temor algum de pecar ao colocarem-se sob perigo de morte ou ao matar o inimigo. Para eles, morrer ou matar por Cristo não implica em criminalidade alguma, mas significa-lhes uma enorme glória. Além disso, alcançam duas coisas: morrendo, servem a Cristo; e, matando, o próprio Cristo se lhes entrega como prêmio. Cristo aceita alegremente como uma vingança a morte do inimigo e ainda mais alegremente se dá como consolo ao soldado que morre por sua causa.

Ou seja: o soldado de Cristo mata com consciência tranqüila e morre com maior tranqüilidade ainda. Se sucumbe, sai ganhador; e se vence, Cristo. *Por uma causa empunha a espada; é o agente de Deus, o executor de sua reprovação contra o delinqüente.* Não peca como homicida, mas — diria eu — como malicida: aquele que mata o pecador para defender os bons. É considerado como defensor dos cristãos e o vingador de Cristo nos malfeitores. E quando o matam, sabemos que não pereceu, mas que alcançou sua meta. A morte que ele provoca é um benefício para Cristo. E quando é morto, o é para si próprio. A morte do pagão é uma glória para o cristão, pois através dela Cristo é glorificado” (*Obras Completas de San Bernardo*. Madri, BAC, 1983, tomo I, p. 503).

A morte provocada pelo pecado estrutural não é tida como indicador deste pecado, mas, sim, celebrada. “O soldado de Cristo mata com consciência tranqüila” — e assim Bernardo proclama a ausência de qualquer consciência de pecado. O soldado de Cristo não pode pecar; matar é a glória. Comete malicídio. Para ele, matar é uma boa obra. A morte do pagão glorifica Cristo que tem no soldado seu vingador. Morte é vida, glória de Cristo. Isso é pecado estrutural. E, por causa disso, toda a fé cristã é transformada.

Outro exemplo é o da teologia dos “contras” na Nicarágua. O bispo Pablo Vega, como presidente da Conferência Episcopal da Nicarágua, afirmou: “Existe agressão militar, mas também existe agressão ideológica. E, obviamente, é pior matar a alma que o corpo” (*Amanecer*. Manágua, n. 336-337, p. 39). Disse ainda: “... o homem sem alma nada vale e sem corpo, vive” (*Nuevo Diario*, 13.3.86).

Ele fala do terrorismo dos “contras”, que somente matam o corpo e não a alma, frente aos sandinistas, que matam a alma e não o corpo. O dualismo corpo-alma é transformado em simples ideologização do terrorismo, que se transforma em arma desta vida verdadeira da alma. Ao não matar o corpo, os sandinistas são piores que os “contras”, que somente matam o corpo. O bispo apresenta o terrorismo como o meio para salvar a vida das almas, que é vida verdadeira, em relação à qual a morte do corpo é irrelevante. Trata-se de um lamentável apoio da hierarquia eclesiástica ao terrorismo. Temos mais um exemplo onde se esconde um pecado estrutural, transformando a morte que produz em serviço à vida verdadeira.

O último exemplo refere-se a uma argumentação do Fundo Monetário Internacional (FMI): “O efeito das medidas em base tributária, como, por exemplo, as medidas relativas ao imposto de renda que aumentam as deduções tributárias para os grupos de baixa renda e as reduzem para os grupos de renda mais alta, beneficiariam as camadas pobres” (*Adjustment Programs for Poverty: Experiences in Selected Countries. Occasional Papers*, n. 58, 6.6.88, p. 164).

Trata-se, agora, da lei do mercado, com sua ética e sua estrutura. Em nome da lei, que se cumpre, tira-se do pobre uma parte da renda que tem para passá-la ao rico. Faz-se isso aumentando os impostos sobre as baixas rendas e diminuindo os impostos para as altas. A lei mata.

Conclui o FMI, no entanto, que esta maldade ocorre a serviço dos pobres. O pecado estrutural é encoberto, declarando que a destruição da vida humana, que se leva a cabo, é um serviço para a vida dos pobres, que são destruídos. Foi assim que o FMI se transformou em servidor dos pobres. Tira-lhes os subsídios de seus alimentos e de seu desenvolvimento, a saúde pública, a educação — tudo lhes é tirado. Trata-se, efetivamente, de um serviço para a vida do pobre. E quando exige o pagamento da dívida externa, tão destruidora da vida dos despossuídos, só o faz para o próprio bem deles. A ideologia transforma o genocídio num ato de amor ao próximo. Atrás da ideologia se esconde o pecado estrutural, que usa a lei para matar.

Desta maneira, já não se pode perceber pecado estrutural algum. Há, sim, uma lei institucionalizada numa estrutura. A morte que produz é puramente ilusória. A essência que está por detrás disso tudo manifesta-se como serviço à vida. Não é o pecado que, usando a lei, produz esta morte. A lei já não mata, mas produz vida. São Paulo e sua teologia do pecado são refutados. Não existe *pecado*; somente *pecados*. Tudo é reduzido a transgressões da lei, o que permite tratar qualquer pecado a partir da concepção de uma ética simplesmente pessoal e individualista.

A falta de consciência do pecado se transforma de algo dramático em uma farsa. Fala-se muito nesta falta de consciência do pecado, que, no entanto, nos termos de uma ética individualista, refere-se a puras mediocridades, completamente irrelevantes, como, por exemplo: a falta da consciência do pecado por parte daqueles que usam contraceptivos sem sentir remorso algum. Isso é tudo o que fica. Mas é justamente isso que esconde outro fato: a falta de consciência do pecado é o verdadeiro drama da humanidade, algo que ameaça a própria existência humana.

A teologia da libertação contrapõe ao pecado estrutural a opção preferencial pelos pobres. É uma opção pela vida dos seres humanos porque a vida de todos só pode ser eleita, optando-se preferencialmente pela vida do pobre. Não se trata de um outro valor que torna a se institucionalizar em estruturas, mas de um critério sobre todos os valores e estruturas correspondentes. Orienta para a mudança de valores e estruturas na medida em que produzem a destruição e a morte. Como é no pobre que se faz presente esta destruição e esta morte, daí a razão da opção preferencial pelos pobres.

Mas este critério é unívoco apenas se for afirmada efetivamente a vida do pobre a partir de sua vida corporal e, portanto, dos elementos materiais para a satisfação de suas necessidades. No momento em que se dilui este ponto, a própria opção pelos pobres se transforma numa opção pelos ricos e numa outra ideologia do próprio pecado estrutural.

Esta inversão da crítica paulina da lei abre espaço à própria interpretação sacrificial da morte de Jesus.

A INTERPRETAÇÃO SACRIFICIAL DA MORTE DE JESUS: O ÉDIPO OCIDENTAL

A inversão da crítica paulina da lei se opera principalmente pela reinterpretção de duas palavras-chaves de Paulo: carne e espírito. São iden-

tificadas com o dualismo corpo e alma, matéria e espírito. Com isso, a teologia de Paulo muda completamente seu sentido. Volta a ocorrer o que aconteceu com a história de Abraão e Isaac. Lê-se agora ao contrário.

A crítica paulina da lei deixa de ser uma crítica da lei como forma, seja qual for a lei. Transforma-se na crítica de determinadas leis. Ou seja, daquelas que se inscrevem no reino da morte, sem o sentido existente em Paulo. Contrapõe-se-lhe o reino da vida, dizendo de ser algo que está para além da lei a fim de ser agora a verdadeira lei, apresentando-se como lei da vida. É lei total, de vigência absoluta, lei da liberdade. Neste sentido, Paulo não conhece uma lei da liberdade. E quando usa esta palavra, designa com ela precisamente uma posição acima de qualquer lei institucionalizada.

Deste modo, pode agora aparecer a lei burguesa, a lei da liberdade, finalmente encontrada, fazendo frente a todas as outras legalidades alternativas ou leis de morte. Quando Reagan, em Moscou, fala do reino do mal, somente está repetindo isso. Efetivamente a inversão da crítica paulina da lei encontra-se na base do próprio surgimento da sociedade burguesa. Teológica e ideologicamente esta inversão já se completa nos séculos XI e XII.

O cristianismo tem agora de legitimar uma lei institucionalizada. Mas uma lei se legitima pelo pai que mata seu filho ou que por este é morto. Porque a lei mata. Isso conduz à necessidade de uma interpretação total da morte de Jesus. Na tradição dos evangelhos e de Paulo, Jesus morre porque se cumpre a lei. E não porque houve sua transgressão. Este critério diz respeito a qualquer lei com suas instituições. Contrapõe a fé à lei para situá-la acima da lei.

Dentro desta visão de Paulo não é possível legitimar uma lei. A lei não é legítima. Ao contrário: é um perigo, contra o qual se deve ter todo o cuidado. A lei não gera a vida, mas a ameaça.

Quanto mais se legitimar uma lei em nome do cristianismo, tanto mais se deve mudar a interpretação da morte de Jesus. Passa-se, então, a afirmar não ter sido a lei que matou Jesus. A lei é legítima, ao menos a lei da sociedade cristã — as outras, no entanto, são consideradas leis de morte. Mas, então, por que morreu Jesus?

A razão que agora surge continua ligada à lei. Mas é uma lei por demais legítima a ponto de reger inclusive as relações internas da Trindade Divina. Trata-se da lei do pagamento das dívidas. Como os homens pecaram, têm uma dívida com Deus. Ele, por ser justo, exige tal pagamento — a justiça divina está em pagar e cobrar todas as dívidas. Mas somente o sangue de seu filho pode pagá-las. Por isso, devido a seu infinito amor, manda matar seu filho. Desta forma, cobra a dívida. A lei continua matando, mas trata-se de uma lei justa. Para que seja cumprida, o próprio Deus mata seu filho. E não existe nenhuma fé acima da lei para conflitar com esta. O amor divino é fazer cumprir a lei.

O filho não tem escapatória alguma. Se quiser salvar os homens, tem que pagar a dívida, cobrada em moedas de sangue. Não encontra nenhum pastor misericordioso que o esconda, como acontece com Édipo depois de seu pai, Laio, ter ordenado que o matassem. Jesus também não encontra nenhuma Bersabéia... Ele, porém, não o deseja. Quer mesmo ser morto a fim de pagar a dívida. O pai, que ordena a morte do filho,

reconhece este grande ato de amor. Jesus é infinitamente obediente. Não esboça resistência nem rancor. Entrega-se ao pai, que o mata. É obediente até a morte. A vontade do pai, de matá-lo, se faz sua. Ambos têm o mesmo querer. O filho cumpre a lei, que é justa, e a cumpre com muita paixão.

Este Jesus é um Édipo perfeito, infinitamente maior que o grego. Afinal, não mata o pai. E por que haveria de matá-lo? Ele entende a razão do cumprimento da lei, pois é absolutamente justa. A lei justa dá o direito de matar. E exige do que vai ser assassinado a aceitação de sua morte. Acata-la é aceitar a justiça. E Jesus, em sua grande perfeição, aceita a justiça. Édipo se revolta contra um pai que o mata. Ele é um ser fraco. O Édipo ocidental, de tempera cristã, não se rebela, mas acolhe a morte dando graças ao pai. É forte. Portanto, não existe assassinato do pai.

Ademais, é melhor assim. Até a mãe torna-se sua esposa com o consentimento do pai. Sua mãe é mãe de todos nós. Também a igreja é mãe de todos nós. No entanto, Jesus toma a igreja como sua esposa e celebra-se no céu, com a assistência do pai, um grande matrimônio. É muito mais inteligente que Édipo. Este uniu-se à sua mãe e matou seu pai. O Édipo ocidental não. Uniu-se à sua mãe — que é nossa mãe, a Igreja — aceitando ser morto pelo pai e está em união total com ele.

O Édipo grego é trágico. Ele tem de matar seu pai, que o matou primeiro. Todavia, *não deve* matar o pai — este é autoridade legítima, merecedora de todo respeito. Cai, por isso, em desgraça, que é seu destino trágico e impossível de ser evitado. É desculpado, até certo ponto, pelo mito, embora este tome posição a favor do pai. Diz que Édipo não sabia que se tratava de seu pai. Aliás, indiretamente diz que nem era seu pai. Por outro lado, fica evidente a tragédia do pai. Não lhe cabe senão impor uma lei, que o obriga a matar seu filho. Mas trata-se de tragédias e não de procedimentos legítimos.⁵ O Édipo ocidental não assassina o pai, mas aceita ser morto por ele. Apesar disso, não deixa de matar. Mata o pai da mentira, o demônio. Procura-o em todas as partes com o fim de eliminá-lo. Como o busca, também o encontra em todas as partes. Descobre-o nos outros e em si próprio. Mesmo que deseje ser morto, algo resiste nele e nos outros. Nesta resistência, descobre o pai da mentira. E precisa assassiná-lo para ser obediente a Deus Pai, que o mata. Supõe-se que Jesus seja o Édipo ocidental perfeito, sem resistência. Jesus se identifica com ele, mas não é perfeito. Resiste. Luta nesta resistência, mas perde. Por isso, leva a luta a um campo em que pode vencer. Enfrenta aqueles que não aceitam ser mortos pelo pai cumpridor da lei. Ao aceitar a morte pelas mãos do pai, lança-se não contra o pai que o mata, mas contra aqueles que recusam a lei em nome da qual o pai os mata. Ao não resistir ao pai, mata os irmãos. O Édipo ocidental é absolutamente agressivo com os que não

5. A possibilidade de Édipo não ter sido filho de Laio vem da análise das duas famílias, das quais geralmente se originam os heróis arcaicos. Normalmente, a primeira família — neste caso de Édipo, a de Laio — é uma família criada pelo mito. A família em que realmente nasceu é a segunda. No caso de Édipo, seria a do rei Pólibo, de Corinto. Portanto, Laio não pode ter sido seu pai. Mas o mito o faz sê-lo. Daí a necessidade de se saber quem conta o mito. No de Édipo, parece ser Creonte, irmão de Jocasta, esposa de Édipo. Tudo indica que Creonte é um usurpador, que expulsa o legítimo rei Édipo e inventa a história para justificar-se. Alcançando êxito neste empreendimento, escreve a história e, portanto, decide o que é a verdade. Freud usa este critério em sua análise da história de Moisés em *Moisés e a religião monoteísta*. Baseia-se em Otto Rank (*Der Mythos von der Geburt des Helden* — "O mito do nascimento do herói"). Sustenta que Moisés deve ter sido um egípcio. Mas esquece de aplicar o mesmo método à interpretação do mito de Édipo. Por isso, Édipo foi filho do rei de Corinto e não de Laio, rei de Tebas. Portanto, não matou seu pai ao matar Laio.

se subordinam à obediência paterna até a morte. Chama a esta submissão absoluta de liberdade. E a quer impor em todas as partes.

A lei, em cujo cumprimento o pai mata o filho, e que faz o filho aceitar ser morto pelo pai, é a lei burguesa, a lei do valor. O Édipo ocidental acredita reger até o interior da Trindade divina. É a lei segundo a qual Deus cobra uma dívida da humanidade — e que seu filho paga com seu próprio sangue. É a lei mais desapiedada que existiu na história da humanidade. Esta lei impõe a interpretação sacrificial da morte de Jesus, surgida no século XI. Neste tempo surge a sociedade burguesa, embora leve ainda vários séculos para impor-se.

Este Édipo ocidental arrasa o mundo. Transforma sua submissão absoluta à lei em agressividade absoluta contra a resistência à lei. Fundamentou profundamente a estrutura do sujeito da sociedade ocidental, que hoje se lança na destruição da humanidade inteira e da natureza. Não se trata de nenhum fenômeno restrito aos cristãos. É a própria estrutura do sujeito que está em jogo, independentemente da ideologia específica a que se adere. Para conhecê-lo, pode-se ir a Popper e a sua "Sociedade aberta e seus inimigos". Ali o Édipo ocidental veste-se de roupas secularizadas, mas sobrevive em estado puro. A secularização não o afeta. É agora, na concepção de Reagan, lutador pela liberdade. Mas continua completamente submisso e sequer sonha com o que seja liberdade.

No entanto, trata-se do tabu melhor protegido de nossa sociedade. Preocupamo-nos muito com o Édipo grego como se fosse o nosso. Evita-se, porém, a discussão sobre nosso Édipo precisamente pela insistência no grego. Além do mais, qualquer discussão de nosso Édipo tem de ser teológica. O tabu se protege no insistir que a teologia não é ciência e que, por isso, suas discussões não têm seriedade. Mas o Édipo ocidental não é mais teológico que o grego. Parece-nos apenas mais teológico porque é nosso. No Édipo grego, o religioso nos parece pura dissimulação. No Édipo ocidental, ao contrário, não. Isso demonstra que de fato estamos imersos nele e que o grego não nos afeta. Já não temos muito a ver com ele e podemos colocá-lo em discussão sem maiores problemas. Mas o fato de não concedermos seriedade ao Édipo ocidental revela precisamente que se trata de um tabu central de nossa sociedade. Considerá-lo como teológico em sentido de falta de seriedade, permite que esse tabu continue protegido. Mas é um tabu que nos destrói.

A INTERPRETAÇÃO FREUDIANA

Freud trata o problema do Édipo ocidental no último capítulo de seu livro *Moisés e a religião monoteísta*.⁶ A interpretação de Freud para o complexo de Édipo determina completamente sua interpretação do Édipo ocidental. Freud não descobre que o complexo edípico é circular e contém duas correspondências: o assassinato do filho pelo pai e o do pai pelo filho. Para Freud, existe somente o assassinato do pai pelo filho. Já o Édipo grego dá pouca importância ao assassinato do filho pelo pai. Revela,

6. Freud, Sigmund, *Obras Completas*. Madrid, Editorial Biblioteca Nueva, tomo III p. 3241-3324. O título exato seria: "O homem Moisés e a religião monoteísta". Em alemão: *Der Mann Moses und die monotheistische Religion*.

assim, sua tomada de posição em favor do pai. O filho está num plano inferior. Em Freud, porém, o filho nem parece existir.

Quando Freud analisa o caso de Moisés, busca, portanto, o assassinato do pai. Não o encontra, porém, porque isso realmente não é um problema judeu. Daí o arranjo freudiano, muito artificial, em que supõe um assassinato, que foi encoberto, de Moisés por parte do povo.

Contudo, a problemática edípica da tradição judaica está precisamente no assassinato do filho pelo pai, que produz o assassinato do pai pelo filho. Portanto, ao analisar Moisés, Freud não analisa Abraão. Para Freud, o sacrifício de Isaac não tem nada a ver com o complexo de Édipo. Ao deixá-lo de lado, porém, não consegue entender qual é o problema tanto da tradição judaica quanto da tradição cristã ocidental. Transforma o Édipo grego em figura universal e no centro deste o ódio parricida. Desta maneira, evita toda discussão da relação pai-filho com outra: a da autoridade-súdito. A autoridade — a lei institucionalizada — é precisamente o pai que mata legitimamente seus filhos.

Assim agindo, Freud busca um assassinato, que não existe, do pai; e não consegue ver um problema de assassinato, que existe, do filho. Quando deseja apreender a razão da culpabilidade, cuja sensação aparece tão profundamente na tradição judaica, tem de buscá-la neste assassinato do pai que não existe, e o encontra na culpa por um assassinato do pai que não aconteceu. É muito evidente que no interior da culpabilidade do povo judeu está precisamente o assassinato do filho. Quando os membros da tribo de Levi são eleitos sacerdotes, a classe política dominante em Israel, por estarem dispostos a matar filhos e irmãos, cria-se-lhes um problema. Têm um pai, Abraão, que não matou seu filho e, por causa disso, recebeu a promessa da vida. Os sacerdotes, ao contrário, são pai-autoridade que mata o filho. As duas posições não são compatíveis, mas nenhuma pode ser eliminada. Precisam de uma autoridade, mas não podem legitimá-la em termos absolutos. Aparece sempre o exemplo do pai Abraão de que não se deve matar o filho. Mesmo que invertam a história, permanece a ambigüidade. Em termos míticos, o problema de consciência é óbvio. Transformaram a Abraão, que não matou seu filho, num assassino. E a seu Deus-pai, cuja vontade era que Abraão não matasse seu filho, num Deus que pede o assassinato. Transformaram o pai, que não mata seu filho, numa autoridade-pai que mata. Mas deixaram vestígios... E a consciência os revive.

Assim surge uma autoridade que tem problemas de consciência ao exercer sua dominação. Confirmam-se sacerdotes a partir de uma autoridade que deve matar filhos e irmãos. Por outro lado, não podem absolutamente agir deste modo. Nasce uma autoridade que em seu interior aloja o questionamento de sua própria dominação. Tata-se de algo único. Nem na Grécia nem em Roma ocorreu algo semelhante. Nestas há uma autoridade absoluta, sem dúvidas de si mesma e sem problemas de consciência.

A autoridade judaica tem este peso em sua consciência, e por isso somente aí é possível existir a grande *tradição profética*. Dela nasce o conceito, também único, de justiça: *justiça como direito do povo*. Tal conceito é muito diferente daquele da tradição aristotélica, onde se destaca a preocupação do dominador em não matar a galinha que põe ovos de ouro.

Israel conhece um movimento popular ininterrupto através de quase um milênio — enquanto todo o mundo pensa a autoridade em termos absolutos do pai que mata seus filhos. É a única sociedade cuja história inclui a dos dominados. O que os dominados pensam dos dominadores só sabemos em Israel. Em nenhuma outra sociedade temos informações sistemáticas a respeito dos dominados. Nem na Grécia, ou em Roma, nem na era cristã Todos destruíram a história dos dominados e fariam o mesmo hoje se não tivesse sido inventada a imprensa.

Por isso é que os judeus são péssimos dominadores. Poucos reis tiveram. Quase sempre estão dominados. Quando um filho de Davi, Absalão, planeja o parricídio, o pai não o mata. Torna-se Abraão. Isso tem significado mítico semelhante ao sacrifício de Isaac. Aí não se revela um dominador de classes como são gregos e romanos. Os judeus nunca conseguem solucionar esta questão e, por isso, desenvolvem uma culpabilidade que reflete esta incapacidade. Diante dela, posicionam-se com seu extremo ascetismo ético, que somente faz aprofundar ainda mais a culpabilidade. Trata-se de uma situação admiravelmente infeliz.

Quando pedem a Samuel um rei, este reage (1Sm 8,11): “Este será o direito do rei que reinará sobre vós: ele tomará os vossos filhos para os empregar em seus carros e cavalos e para correrem à frente de seu carro”.

Samuel, que isso afirmou, é membro da própria classe dominante. Sua reflexão se insere no interior mesmo da dominação — e pouco ajuda uma sociedade que deseja se impor a outras ou a seu próprio povo. Uma tal sociedade necessita de paz e não de guerra. E novamente surge a reflexão sobre a autoridade como um pai que mata seu filho e a situação abraâmica: isso não se deve... Quando Samuel diz: “Ele tomará os vossos filhos para os empregar em seus carros...”, está referindo-se ao assassinato do filho. O grande tribuno romano Cícero, diante de uma situação semelhante — frente às tendências de Roma passar a um regime de imperadores e céсарes — não fala assim. Argumenta em nome de valores abstratos da república. Discursa como os defensores da democracia hoje.

Se a autoridade entre os judeus não os mata, ou apenas o faz muito limitadamente, o ódio parricida também tem limites. Não é absoluto. Daí o assassinato do pai não ser dominante na tradição judaica. Não o é porque se preocupa com o que lhe precede, ou seja, o assassinato do filho.

O sentimento de culpa acompanha este processo de formação de uma autoridade com consciência. Há uma dominação que inverte a afirmação da vida no sentido de uma administração da morte. Mas a afirmação da vida é precisamente o fundamento da própria inversão. Surge mais uma vez o círculo vicioso. A afirmação imediata da vida, extraída da história autêntica de Abraão, tem que ser mediada por uma lei institucionalizada. A lei do Sinai faz isso. Mas a lei institucionalizada é administradora da morte, como o é toda lei. Mas afirmar a morte é o contrário do que era a fé de Abraão, a cujo nome se referia. No entanto, para afirmar eficazmente a vida, tem de fazê-lo. É um dilema sem saída, que acaba criando sentimento de culpa se levado a sério.

A sociedade judia não encontra solução para o dilema. A fim de afirmar a vida, amarra-se sempre mais na lei, pois acredita que é dada

para a vida. Deus a entregou aos homens com este propósito. Surge sempre mais uma lei artificial, sempre mais sofisticada. Espera-se alcançar a libertação do cumprimento desta lei, mas quanto mais rigor tem, menos se pode cumpri-la. Em vez de diminuir a culpabilidade, aumenta-a. Aumentando a culpabilidade, busca-se o mais estrito cumprimento da lei. Todo esse processo remete à própria dominação, que contém em si uma contradição difícil de ser resolvida. Ao não poder resolvê-la, chega-se ao cumprimento artificial da lei. Semelhante cumprimento, porém, faz o homem sempre mais infeliz.

A crítica paulina da lei enfoca este processo e conclui que a lei mata. O cumprimento da lei não elimina a culpa, porém a aprofunda mais. E quanto mais se caminha na trilha do cumprimento da lei, mais Deus se transforma num pai-autoridade que manda matar. Mais aumenta a culpa de ter-se afastado do Deus de Abraão, que ordena não matar Isaac. Além do mais, a culpabilidade que produz a esteira do cumprimento da lei é a outra face da culpabilidade que levou a serem invertidos o Deus de Abraão e o pai Abraão, a este imputando uma fé que consiste na disposição de matar o filho.

Isto está traduzido na visão judaica de sua história, que transforma as desgraças do povo em castigo por esta culpa. Deus castiga os judeus a cada instante. Estas desgraças, no entanto, sempre de novo têm a ver com o fato de que a dominação, exercida pela própria sociedade judaica, é quebrada em seu interior pelo sentimento de consciência pesada.

O que torna os judeus um povo especial, e lhes permite terem identidade própria durante toda uma história, é o que lhes produz esta culpabilidade, da qual não sabem redimir-se. Freud descreve este processo nos seguintes termos: "Não mereciam nada melhor do que serem castigados por Ele porque não observavam seus mandamentos; a necessidade de satisfazer este sentimento de culpabilidade — um sentimento insaciável, alimentado por forças muito profundas — obriga-os a fazerem estes mandamentos cada vez mais estritos, mais rigorosos e também mais mesquinhos. Num novo entusiasmo de ascetismo moral, impuseram a si mesmos renúncias constantemente renovadas, alcançando assim, ao menos em suas doutrinas e em seus preceitos, alturas éticas inatingíveis aos demais povos da antigüidade... Mas esta ética não consegue ocultar sua origem de um sentimento de culpabilidade pela hostilidade existente contra Deus" (op. cit., p. 3322).

Freud fundamenta sua análise na seguinte tese: o povo judeu carrega em si um sentimento de culpabilidade devido à hostilidade existente contra Deus. Creio que tal afirmação não é correta. Para sustentar semelhante tese, precisa buscar um assassinato inicial do pai — o que ele nunca pode provar. Este problema, porém, não existe. O que existe é a hostilidade do homem contra o homem, do pai contra o filho. Para a tradição judaica é impossível contrapor o homem a Deus. Este é ofendido quando se ofende o homem. Toda a lei se fundamenta nisso. Destina-se à vida porque assegura a vida terrena. E Deus dá vida enquanto dá vida terrena. Toda lei, por mais caprichosa que seja, só faz sentido enquanto assegurar a vida terrena. Violá-la não implica em ofensa unicamente a Deus, mas em ofensa aos homens e às suas vidas e, por isso, a Deus. A vida, no entanto, está ligada à justiça, cujo fundamento está no direito do pró-

ximo. Este aspecto pertence mais à tradição profética, que faz parte da grande tradição, pois é parte do todo — também da tradição sacerdotal, embora esta se fixe principalmente na lei e em seu cumprimento.

Este problema é ainda mais evidente na interpretação que Freud faz do cristianismo: "... foi na mente de um judeu, Saulo de Tarso — chamado Paulo, como cidadão romano —, que pela primeira vez houve o reconhecimento: 'Somos assim tão desgraçados porque temos matado a Deus Pai'. É plenamente compreensível que não conseguiu captar esta parte da verdade senão sob o disfarce delirante de entusiástica mensagem: 'Estamos redimidos de toda culpa desde que um dos nossos entregou sua vida a fim de expiar nossos pecados'. Nesta formulação, naturalmente, não se menciona o assassinato de Deus. Mas uma culpa que devia ser expiada através de uma morte sacrificial só pode ter sido um assassinato. Além do mais, a conexão entre o delírio e a verdade histórica se estabelece pela afirmação de que a vítima propiciatória tinha sido o próprio filho de Deus" (op. cit., p. 3323).

Se Freud diz que "uma culpa que devia ser expiada por uma morte sacrificial só pode ter sido um assassinato", não se pode afirmar que deve ter sido um assassinato do pai. Em Paulo, como em toda a tradição judaica, não se encontram razões para tal conclusão. Paulo diz expressamente que há um assassinato. Mas não é de Deus. Mas de nós mesmos como filhos. A lei é que mata seus filhos. Cumprindo-a, o homem se mata. Isso é um assassinato, cometido através da lei. Mas a lei é o pai. Nós, enquanto autoridade-pai da lei, matamo-nos porque somos cumpridores em face da lei. O problema de Paulo é então: se é Deus quem dá a lei, é então Deus quem mata? E dirá: não é Deus, mas o pecado que se aproveita da lei, de uma lei dada para a vida. Não é vontade de Deus que nos matem por causa da lei. Trata-se de um assassinato que ofende a Deus, mesmo que ele próprio nos tenha dado a lei. Não é um assassinato de Deus, nem do pai, mas do filho.

Este seria o pensamento paulino. É preciso, logicamente, compreender agora o que é pecado segundo Paulo. É a força que faz com que a lei mate. Neste pecado está agindo o próprio pecado original. Aqui se faz necessária uma interpretação a partir da inversão da fé abraâmica, não por um ato voluntário, mas por uma necessidade. Faz falta realizar esta inversão. E isso é o pecado original, inserido na própria natureza humana. Trata-se de uma ruptura interna desta natureza. Se houvesse um assassinato de Deus, seria deste Deus abraâmico enquanto substituído por um Deus identificado com a morte, que dá origem à lei. Substitui-se, assim, o Deus cuja vontade é que o pai não mate o filho por outro Deus que quer o assassinato. Mas não é o assassinato de Deus, mas do filho.

Freud não pode fazer esta análise. Ele conhece apenas o protopai — o pai que mata o filho e que por este é morto. Na tradição judaica, no entanto, à qual pertence a cristã, a imagem do pai é dúplice e contém os dois pais contraditórios entre si. O segundo aparece para destruir o primeiro. Mas vã é a tentativa porque busca destruir em nome do primeiro. Destruindo-o, confirma-o. Resulta disso a morte do segundo, o que parece ser um assassinato de Deus. Mas não é. Não cabe aqui nenhum assassinato de Deus. Morto, retorna. Retorna, porém, como o Deus abraâmico, cuja

vontade é que não se mate o filho. É exatamente isso que novamente ocorre hoje com a teologia da libertação.

Freud depois se refere ao cristianismo como a religião do filho: "Notável foi a maneira como a nova religião enfrentou a velha ambigüidade contida na relação paterno-filial. Embora seu conteúdo essencial fosse a reconciliação com Deus pai, a expiação do crime que nele foi cometido, não é menos certo que o outro lado da relação afetiva se manifestou em que o filho, que havia assumido a expiação, converteu-se em Deus junto ao pai, ou, na verdade, no lugar do pai. Surgido como religião do pai, o cristianismo se converteu em religião do filho. Não pôde fugir, pois, ao destino de ter que eliminar o pai" (op. cit., p. 3323).

Volta o problema. O cristianismo não se converteu em religião do filho, mas nasceu como tal. O judaísmo, por seu turno, já é religião do filho, pois Abraão é seu pai. Voltemos ao sacrifício de Isaac. Depois que Abraão se recusou a imolar seu filho, continuou sendo seu pai? Ele renunciou à autoridade. Já não é, de fato, pai. Continua apenas no sentido procriativo, biológico. De resto, são agora irmãos. O pai desapareceu, mas não há nenhum assassinato do pai. Nasce uma figura especial: o pai-irmão.

Se os dois são irmãos, ambos são filhos. Filhos de Deus. Podem agora descobrir que Deus também não é autoridade. Ele quer que não exista autoridade, tampouco autoridade de Deus. Se o próprio Deus renuncia à sua autoridade, continua sendo pai? Só no sentido criador. Ele também se transformou em pai-irmão.

No cristianismo isso efetivamente acontece já nas suas origens. Se Jesus é filho de Deus, o homem e irmão do filho de Deus é, por conseguinte, irmão de Deus. O Deus-pai, portanto, é também Deus-irmão. O Apocalipse termina dizendo que Deus, ao final, é "tudo em todos", o que pode significar somente Deus-irmão. O próprio Jesus chama a Deus de "Abba", que é um nome carinhoso e significa "papai" ou "paizinho". Trata-se de um pai que não é autoridade, mas somente carinho. É o pai como Abraão quando desce do monte com seu filho Isaac. É o pai que quer junto a si seu filho e, por isso, não o elimina. Em certo sentido, o cristianismo eliminou o pai, pelo menos aquele pai a quem Freud se refere. Mas não o assassinou. A eliminação do pai-autoridade não significa nenhum assassinato. É o descobrimento do pai que faz desaparecer sua autoridade. Se Deus se fez homem, o homem se fez Deus. E entre ambos não há espaço para uma relação de autoridade. São iguais, com diferenças secundárias.

De novo há um assassinato. Mas não do pai. É o assassinato do homem, que é homem-Deus. Quem o assassinou? Paulo aponta o pecado que se utiliza da lei. Pela lei o homem-Deus é morto. Mas o que é a lei? É o pai-autoridade, ou todos os homens enquanto pais-autoridades. É o próprio pecado original que o assassina. Com isso supera-se o pai-autoridade porque se revela o que é: pai da mentira. Daí Paulo poder falar que a morte de Jesus liberta da lei. Liberta do pai-autoridade, que desaparece completamente, e faz surgir o pai carinhoso, o "Abba"-Pai, o pai-papai, paizinho. Este é o pai de Jesus.

Este cristianismo, evidentemente, não pode legitimar a autoridade. É a ilegitimação total de qualquer autoridade. É pura subversão e anarquismo.

mo. Descobre uma liberdade para além da lei e que subverte todas as autoridades. Trata-se de uma esperança que ultrapassa os limites da lei e da própria morte. Espera-se uma nova terra nesta mesma terra nossa, mas onde a morte não terá vez.

Com o cristianismo dá-se algo análogo ao que ocorreu na história judaica com o pai Abraão. É, de fato, a mesma mensagem, apenas radicalizada em seu sentido universalista e de vitória sobre a morte. Trata-se da mensagem da liberdade que rompe com a autoridade.

Quando, porém, a sociedade se cristianiza, esta mensagem se inverte. Acaba sendo institucionalizada e mediada pela lei que a própria mensagem tinha subvertido. E com a lei retorna o pai-autoridade, assassino de seu filho. Isso ocorre desde Constantino e alcança sua formulação completa em Anselmo de Canterbury, no século XI. Trata-se, porém, de algo que já desde o início aparece na própria mensagem cristã.

Todas as perguntas agora são respondidas de outra maneira. Quem matou Jesus? Foi Deus mesmo porque queria expiação dos pecados cometidos pelos homens. E somente a morte de seu filho podia realizá-la. De Abraão, cuja fé se revela na disposição de matar seu filho Isaac, na boa vontade de cometer este crime, passamos agora a Deus, que também mata seu próprio filho e cujo amor está em tê-lo morto. Este Deus não é um homem imperfeito como Abraão, ao qual bastava a boa intenção; este Deus é, porém, um ser perfeito que leva efetivamente a cabo o assassinato — e o faz por amor e exigido por sua infinita justiça. É muito superior a Abraão. A autoridade aparece como nunca na história humana. Mas quem verdadeiramente cometeu o assassinato? Os homens, ao serem soberbos e quere-rem impor sua própria vontade; ao viverem nesta terra na ânsia de poder, na maldade, na iniquidade. O que leva os homens a assassinar Jesus são seus pecados contra a autoridade — segundo o ponto de vista da própria autoridade. Levantar-se contra a autoridade é seu pecado e sua razão de matar Jesus. Matar Jesus foi uma rebelião contra a lei.

Em toda a tradição judaica, e em Paulo inclusive, a obediência a Deus não está na lei, mas na opção por ser livre. Abraão foi obediente ao não matar. Não no sentido da lei. Esta lhe ordenou que matasse. Foi obediente no sentido da liberdade. Não matou e destruiu a lei. Foi obediente. Fez-se livre e Deus esperava isso dele. Jesus também foi obediente a seu pai ao fazer-se livre. Esta obediência muda agora em seu sentido. Jesus se faz obediente ao aceitar que seu pai o matasse. Aceitou a lei que mandava matá-lo.

Os homens o mataram simplesmente por não serem obedientes à lei, segundo a qual era vontade do pai que aceitassem seu filho. Não se submeteram à lei. Apenas Jesus se submeteu a ela obedientemente até a morte e morte de cruz. Jesus é um Édipo que não assassina seu pai, mas que aceita ser morto por ele sem tentar fugir. Os homens, que se rebelam contra a lei, o matam porque não agüentam a aceitação da lei. É a maldade humana que o mata. E maldade é transgressão da lei, não cumprimento dela. Todos os homens o matam porque ninguém está isento da culpa de transgressão da lei. Até nossos filhinhos, ao fazerem alguma manha, pregam cravos no corpo de Jesus crucificado.

A fim de redimir a culpa é preciso confessá-la. Mas não apenas isso. É preciso ser obediente à lei assim como Jesus o foi: obediente até a morte. Mas à lei de Jesus e não a qualquer uma. E a lei de Jesus é aquela em que se paga o que se deve — como Jesus pagou a Deus-pai a dívida que a humanidade devia. É a lei burguesa, a lei do valor.

O pecado consiste agora na transgressão da lei e não, como em Paulo, em seu cumprimento. Portanto, Jesus foi morto pelos transgressores da lei e não pela autoridade que impõe a lei. Os matadores de Jesus se levantaram contra a autoridade, a lei, a obediência. São os soberbos que querem colocar-se acima da lei. Em última instância, sem se dizer, acusa-se a fé de Abraão de ter assassinado Jesus — a mesma fé que proíbe o pai de matar seu filho. O crime de morte contra Jesus foi causado pela fé de Abraão, que é a mesma de Jesus. Esta é a inversão.

Afinal, quem mata Jesus? Os judeus. Mas por detrás disso há um drama muito maior. Estes judeus são representantes da fé de Abraão. Daí o cristianismo se rebelar contra suas fontes — contra si mesmo. Reinventa-se o cristianismo. Os judeus já haviam invertido a fé de Abraão, mas não a eliminaram. Transformaram-na em ambigüidade e, com isso, geradora de dominação, mas sem destruí-la. O cristianismo, por seu turno, a transforma em inimiga mortal, assassina de Jesus, demoníaca. E sem escrúpulo algum dá ao demônio o nome de Lúcifer, nome antigo de Jesus. Lúcifer é a fé de Abraão, transformada no demônio que matou Jesus. O cristianismo expulsa de si a fé e legitima ilimitadamente a autoridade — algo que a tradição judaica não podia.

Jesus, visto agora como o homem que se submeteu em obediência infinita à lei, identifica-se com o pai-autoridade que dita a lei. Mas é ainda mais. A relação dos dois na Trindade divina é a lei. A lei *é*, existe, não é norma voluntária ou artificial ou ritual. Já está na existência desta Trindade. O Espírito é o Espírito desta lei. É a lei do cumprimento de contratos, de pagamento de dívidas. Agora é muito difícil distinguir o pai do filho e o assassinato do filho pelo pai é o assassinato do próprio pai. Ambos se abraçam na morte e o Espírito é o fogo que os consome.⁷ Se, de um lado, há o assassinato do filho por Deus pai-autoridade, de outro há o assassinato do pai pelos homens que matam Jesus. Um só ato os une.

O cristianismo não é o desenvolvimento de uma religião do pai para uma religião do filho. Mas de uma religião do filho para uma religião do pai, o qual, todavia, nunca pode negar sua procedência de uma religião do filho. O assassinato do pai *é* nada mais que o assassinato do filho. O assassinato do filho implica em assassinato do pai porque este é visto em absoluta identidade com o filho, obediente até a morte à lei do pai.

Quanto à morte do pai, esta é um assassinato cometido pelos que mataram Jesus. Ou seja, por aqueles que transgridem a lei — e todos a

7. João Paulo II, em sua encíclica *Dominum et Vivificantem*, diz: "No Antigo Testamento se fala, várias vezes, no 'fogo do céu' que queimava os sacrifícios apresentados pelos homens. Por analogia, pode-se dizer que o Espírito Santo é o *fogo do céu que age no mais profundo do mistério da Cruz*. Provido do Pai, oferece ao Pai o sacrifício do Filho, introduzindo-o na *divina realidade da comunhão trinitária*. . . O Espírito Santo, como amor e dom, *desce, de certo modo, no próprio centro do sacrifício* que se oferece na cruz. Referindo-nos à tradição bíblica, podemos dizer: *ele consoma este sacrifício com o fogo do amor* que une o Filho com o Pai na comunhão trinitária. E como o sacrifício da Cruz é um ato próprio de Cristo, também neste sacrifício *ele 'recebe' o Espírito Santo*" (41). Este amor dá a morte.

transgridem. Já a morte do filho por parte do pai é um sacrifício que redime a culpa daqueles que confessam ter matado Jesus, representante, a uma só vez, do pai e do filho. Quem não faz esta confissão declara-se verdadeiro assassino. Os primeiros são os judeus por não terem aceito a vontade de Deus pai que Jesus seja reconhecido como Cristo; depois vêm os hereges, as bruxas, os islâmicos, todos os povos mal cristianizados ou não cristianizados. Esta inversão é um sentimento de culpa acompanham a humanidade desde a Idade Média até hoje. Parece uma crise de culpabilidade maior do que aquela do primeiro século, da qual fala Freud.

Parece-me que semelhante culpabilidade tampouco desta vez tem sua origem na responsabilidade por algum assassinato do pai. Este assassinato, cometido na pessoa do filho, é atribuído aos outros e se lhes lança tal acusação na tentativa de livrar-se da própria culpabilidade. Mas, creio, por detrás desta há outra muito pior. É a culpabilidade por ter transformado a fé de Abraão, que é a fé de Jesus, em demônio. Mas esta é a culpabilidade por ter assassinado o filho ao matar Jesus e por ter declarado infinitamente legítima a lei.

Tudo é preparado para jogar esta culpabilidade sobre os outros e, assim, redimir a própria. Se os judeus tivessem sido obedientes à vontade de Deus, todos já estaríamos no paraíso. Mas como eles foram desobedientes, estamos neste vale de lágrimas. Por isso, têm toda a culpa. E com eles estão os demais que não se fizeram cristãos. Mas a origem de tudo é judaica. Origem de toda fome, enfermidade, guerra, catástrofe natural. Se os judeus tivessem sido obedientes, nada disso teria acontecido. Já estaríamos no paraíso, onde as coisas ruins não acontecem. Até por qualquer pecado de algum cristão os judeus têm culpa. Se tivessem sido obedientes, não seríamos pecadores.

Mas estando as coisas assim dispostas, necessário se faz submeter o mundo à obediência do pai, ou à obediência à lei — que é sempre mais a lei burguesa. Só assim, estando tudo submetido à lei, nos vem a salvação — perdida pelos judeus ou que nos fizeram perder.

Surge então uma enorme agressividade, interna e externamente, nunca vista e que transforma o universalismo ético do cristianismo em imperialismo universal. Também a culpabilidade judaica tornou-se agressiva. Mas era dos judeus e não a lançavam contra outros. Portanto, dirigiam-na contra si mesmos através dos artifícios de seu ascetismo moral. Aí estava a lei que mata. Não mata os outros, mas apenas quem está submetido a ela. A culpabilidade cristã, ao contrário, transforma-se em agressividade contra os outros. Mesmo em meio à secularização, com o advento da sociedade burguesa, continua agindo da mesma maneira. Continua sendo a base da própria sociedade secularizada, em cujo interior opera, ainda que nem mais lembre suas raízes cristãs. Continua, no entanto, presente a culpabilidade porque se matou o filho e se eliminou o bom pai, que não quer que se mate o filho, em favor de um pai que o mata.

Freud comenta assim: "Apenas uma parte do povo judeu aceitou a nova doutrina. Aqueles que a recusaram continuam sendo chamados, hoje, de judeus e acabaram se afastando da humanidade ainda mais do que antes. Tiveram que receber, por parte da nova comunidade religiosa —

que, além de uma parte de judeus, associou egípcios, gregos, sírios, romanos e, finalmente, também germanos — a reprovação de terem assassinado a Deus. Em sua versão completa, esta reprovação se expressaria assim: 'Não querem admitir que tenham matado a Deus, enquanto nós o admitimos e por isso fomos redimidos desta culpa'” (op. cit., p. 3324).

Freud não descobre a origem de onde parte esta reprovação. A perseguição generalizada, que é culpabilidade transformada em agressividade, realimenta-se pelos seus próprios êxitos. O que disto resulta é uma grande máquina de matar. Persegue-se àqueles que, segundo se acredita, mataram a Deus. Faz-se isso para expiar a culpa. Esta não é remida sem se perseguir. No entanto, apesar de remida a culpa, não se alcança a redenção. Faz-se necessário continuar a perseguição e também aumentar o número dos perseguidos. Não há espaço para trégua. A redenção é ilusória e a atividade de perseguir aumenta a culpabilidade — apesar de a perseguição buscar redimir a culpabilidade. Entra-se num processo sem fim e que tem de ser renovado a cada passo. É um Sísifo que a ninguém deixa tranqüilo, principalmente a si mesmo. O que parece ser redenção é caminho à perdição. Persegue-se uma culpa que não o é e foge-se da que é. Perde-se toda humanidade mas sempre em nome da humanidade. Chega-se, hoje, a ameaçar a existência da raça humana e da natureza, mas é preciso, insaciavelmente, seguir em frente. Há uma culpa que consiste em se ter traído a liberdade; e na busca da liberdade destrói-se qualquer possibilidade de reencontrá-la. Há a culpa pelo assassinato do filho e, para se alcançar a remissão, continua-se matando sempre mais e de novo.

Esse é o Édipo ocidental, que se transformou em ameaça para o mundo. Freud não vê tal realidade, porque está inserido nela. E isso o leva à catástrofe de todo seu pensamento, uma trágica catástrofe:

“Deve-se ter sempre bem presente que existe muita coisa por detrás desta discriminação. Já que foi impossível aos judeus participar no progresso implícito da referida confissão do assassinato de Deus, apesar de todas as distorções, é um problema que poderia muito bem se constituir num tema de estudo especial. O fato é que, de certo modo, os judeus tomaram sobre seus ombros uma culpa trágica e que eles tiveram que expiar com a maior severidade possível” (op. cit., p. 3324).

O assassinato tem culpa, mas não o assassino. Freud, tendo escrito isso após se refugiar em Londres, ante a ameaça de morte por parte dos nazistas, que, em 1938, ocuparam Viena, lhes dá razão. O povo judeu tem de expiar uma culpa — esse é seu destino. Trata-se de um destino catastrófico, tanto para o povo judeu quanto para o próprio Freud. Mas o é também para toda uma civilização, que se fixa nesta perseguição insaciável à própria culpa nos outros. Esta é a civilização ocidental, cujo ponto de convergência se chama Auschwitz. Mas até a culpabilidade por Auschwitz esta civilização a projeta novamente em outros a fim de poder persegui-los. Reprime sua própria culpabilidade a fim de persegui-la nos outros e assim redimir-se perseguindo seus inimigos. A sociedade ocidental já descobriu que não tem nada a ver com Auschwitz. Isto é produto do totalitarismo — e o mundo ocidental é democrático. É preciso, portanto, perseguir o mundo não democrático porque, na mística ocidental, este mundo é o responsável pelas desgraças, assim como os judeus foram miticamente declarados responsá-

veis pela morte de Jesus. Até os sandinistas devem ser perseguidos porque estão no caminho de Auschwitz. São crucificadores e totalitários. É preciso exterminá-los para que não haja mais Auschwitz.⁸ Apesar de tudo, a culpa continua existindo e não é redimida nesta perseguição. Mas é preciso continuar perseguindo tudo o que se oponha a esta sociedade ocidental. Precisa ser eliminado, extirpado o câncer, para que não exista nunca mais Auschwitz nem totalitarismo.⁹ A cada passo dado, porém, sempre de novo aparece a culpa. E sempre mais tem que perseguir. E existe nisso o perigo de um novo Auschwitz: para que nunca mais exista Auschwitz. Mas, para além disso, continuará existindo o Édipo ocidental. E é isso que destrói a civilização ocidental, já dentro dela mesma, revelando-se totalmente incapaz de ter consciência de tais fatos. Assim, a legitimação cristã da dominação conduz à perdição.

O DEUS DOS POBRES

A análise anterior do Édipo ocidental torna clara a crítica paulina da lei com relação à lei fundamental de nosso tempo. Esta lei é a do valor, única comum às sociedades atuais. Trata-se de uma lei que dirige para fora, para os outros e para a natureza, toda a agressividade culpável que Paulo analisa como efeito da lei para o sujeito, cumpridor desta mesma lei e que se destrói a si mesmo. Paulo, porém, aborda apenas marginalmente o problema da destruição do outro pela lei.¹⁰

Ocorre, porém, que a violência da dominação em seu tempo se dá principalmente de maneira direta, e não mediatizada pela lei e sua legalidade. A relação do senhor com o escravo é originariamente violenta, mas não se dá pela lei. Esta relação não tem lei, a destruição do outro não encontra respaldo em nenhuma legalidade. A lei do valor, ao contrário, cria uma opressão mediatizada pela lei. A relação entre capital e trabalho assalariado é relação legal, estabelecida pela lei. Por isso a análise agora deve levar em conta esta outra dimensão da destrutividade da lei, que é a destruição do outro em cumprimento da lei. Agora, a violência contra o outro se dá pelo cumprimento da lei — na sociedade de Paulo ocorre sem a lei, mas resulta de uma relação direta com o outro.

Na sociedade judaica de seu tempo, este caráter da lei, que destrói o outro, é também visível. Jesus a enfrenta freqüentemente na discussão sobre o sábado. O sábado é a lei e Jesus insiste que seu cumprimento tende a destruir o outro. E conclui: o homem não é para o sábado, mas o sábado para o homem.

8. Cf. Hinkelammert, Franz J. Del mercado total al imperio totalitario. In *Democracia y totalitarismos*. San José, DEI, 1987, p. 200-206.

9. Cf. Id. La política del mercado total, su teologización y nuestra respuesta. In *Democracia y totalitarismos*. San José, DEI, 1987, p. 172-180.

10. Cf. Id. *Las armas ideológicas de la muerte*. San José, DEI, 1981. Paulo já começa com a análise da lei do valor. Mas neste caso também dá a maior importância à destruição interior do sujeito, o que corresponde de novo à situação que ele vive em seu tempo. Diz Paulo: "Os que desejam enriquecer, caem em tentação e em armadilhas, em muitos desejos loucos e perniciosos que afundam os homens na perdição e na ruína, porque a raiz de todos os males é a cobiça do dinheiro. Por se terem deixado levar por ela, muitos se extraviaram da fé e se atormentam a si mesmos com muitos sofrimentos" (1Tm 6,9-10). Trata-se da lei do valor. Mas é analisado como ascese do dinheiro que destrói o sujeito de uma maneira análoga à ascese moral da lei ritual. "Eles se extraviaram da fé e se atormentam a si mesmos com muitos sofrimentos" refere-se a esta autodestruição pela ascese do dinheiro. No entanto, ao generalizarem-se e aprofundarem-se as relações mercantilistas, sempre mais se soma a esta autodestruição a de outros. Poder-se-ia dizer agora: "Eles se extraviaram da fé e atormentam os outros com muitos sofrimentos". Esta é a nova dimensão da lei hoje.

De modo geral, a dupla destrutividade da lei através de seu cumprimento estava à vista. No entanto, a sociedade ocidental a levou a alcançar dimensões insuspeitadas. Ademais, a percepção disso já subjaz em toda a tradição judaica e em seus constantes conflitos entre o templo e os profetas.

O que não encontramos na mensagem cristã é a análise da destruição acelerada do outro e da natureza pela lei do valor ou, simplesmente, pela lei em si. Este processo acelerado encontra-se em Paulo, mas limitado à destruição do próprio sujeito, que aplica a lei em sua ascese, seja moral seja do dinheiro. Ali aparece este processo cumulativo, no qual a culpabilidade se transforma em agressividade, que cumpre a lei destrutivamente até a morte: a lei mata. Sua extensão não pode ser encontrada porque é fruto do cristianismo mesmo em sua forma invertida.

Um exemplo significativo da destrutividade da lei, que age por meio de seu cumprimento, é a atual cobrança da dívida externa do Terceiro Mundo.¹¹ A cobrança da dívida é simples resultado da lei, que se aplica e se cumpre. Cumprindo-a, porém, semeia-se a morte em três continentes. Como é lei que se aplica, o credor, que é, entre outros, o FMI, não tem problema algum de consciência. Ele aplica a lei e a lei é para a vida. Sem ela não poderíamos viver. A própria atividade da cobrança destrói qualquer possibilidade de haver consciência da destruição que este cumprimento da lei causa. A própria lei impede e destrói a consciência do pecado. E esta falta de consciência do pecado torna absolutamente implacável a destruição causada pela aplicação da lei. Semeia-se a morte em todo o mundo e fica-se com a consciência tranqüila. Acredita-se, inclusive, estar praticando o bem. Não é boa, por acaso, a lei de pagar as dívidas? E se a lei condena à morte, por que destruí-la se, sem ela, não podemos viver? É preciso haver sacrifícios para que a lei subsista. Como pode haver uma sociedade em que as dívidas não são pagas? A fim de que estes importantes valores da lei sejam mantidos, não devemos aceitar a sacrifício de alguns? A lei sacrifica, mas os sacrifícios que exige redimem aqueles que sacrificam. Temos aqui todos os argumentos para rebater a crítica paulina da lei. Até fica claro o argumento sobre a morte de Jesus. É esta a lei que o matou. E, por acaso, não é justa?

Não é justa. Pelo menos, isso é o início do cristianismo. A lei mata — mas não se deve matar. Ela é o pai que assassina seu filho. Uma vez feita esta extensão da lei para a destruição do outro, conclui-se que o filho é o pobre. A lei é a autoridade-pai que mata o pobre. Mas o pai Abraão não matou e Jesus foi morto no lugar do pobre. Que faz agora o pobre que é assassinado pela lei? Com sua fé de Abraão, pode-se identificar com Jesus que na Cruz destruiu a lei e em sua ressurreição se impôs a ela e a submeteu às necessidades do pobre. Esta seria a conclusão da crítica paulina da lei.

Mas é isto cristão? Não, não é, nos diz o Édipo do ocidente cristianizado. Cristão é pagar a dívida, cumprir a lei. O homem justo paga o que deve. Cristo pagou a dívida e a pagou com seu sangue. Ele cumpriu a lei e aceitou a morte obedientemente pelo pai, que dita a lei e que é a lei. É, por isso, justo. E o pobre? Ele deve pagar com seu sangue assim

11. Cf. Id. *La deuda externa de América Latina*. San José, DEI, 1988.

como o fez Jesus. Por que se queixa se Jesus não se queixou? Por que se levanta contra a lei? Isso é soberba, orgulho, ânsia de poder. Que seja humilde como Jesus. Não é melhor que morra um em vez de todo o povo? Se, apesar disso, se rebela, assassina seu pai e odeia o sangue de Jesus.

O pobre acaba ficando sem saída e sentindo-se abandonado por Deus. Ao pobre — que é aquele que tem de pagar uma dívida impagável — não resta nenhuma saída frente a seu dominador ou credor. Toda a tradição anterior mantinha o refúgio do pobre em Deus ou nos deuses. Diante de Deus, sua sorte era uma injustiça. Injusta também era a cobrança de uma dívida impagável. Isto porque Deus o protegia. Diante da prepotência do poderoso, Deus estava a seu lado. Mesmo que isto, muitas vezes, tenha sido ilusório ou inoperante, era um consolo para o pobre. No entanto, com a teologia de Anselmo, o próprio Deus se tornou um representante da lei — e, portanto, do rico e do dominador. Aquele ao qual cobram uma dívida impagável com sangue não pode recorrer a um Deus que igualmente com sangue cobra uma dívida impagável. Deus é agora o próprio dominador, sua reprodução transcendentalizada. O que o dominador não aceita, tampouco Deus aceitará. Frente ao usurário não é possível alcançar clemência de um Deus que é o Deus dos usurários e ele mesmo usurário. Ao pobre se fecha o céu. Está completamente só e não tem nenhum Deus a seu lado. Ou melhor: Deus agora está contra ele. E ao fechar-se o céu para o pobre, fecha-se também a terra. O pobre deixa de ter direitos tanto no céu quanto na terra. Isso deixa espaço aberto para a implantação da sociedade mais desumana, para com o pobre, que já existiu: a sociedade burguesa. O pobre é seu condenado, ao qual nem Deus tem consideração. Sua pobreza, sua impossibilidade de pagar o que deve, é culpa a ser paga com sangue. Sangue de Jesus para sua culpa diante de Deus e seu próprio sangue para sua culpa — sua dívida — diante dos outros, encontrando força de fazê-lo na identificação com o sangue de Jesus. Resta-lhe apenas a mística da dor: se pagar com seu sangue suas dívidas impagáveis, terá sua redenção na outra vida. A redenção nesta vida têm-na aqueles que a cobram dele. O eleito, já nesta vida, é aquele que cumpre a lei e paga o que deve e que pode pagar. Como a impossibilidade de pagar a dívida é culpa, a capacidade de pagá-la é graça de Deus. O que pode pagar é um eleito.

Uma vez feita esta identificação do cumprimento da lei com a vontade de Deus, o próprio Deus acaba sobrando. Ninguém o assassina — ele simplesmente está demais, sobrando. Ninguém o matou — simplesmente morreu. A abdicação de Deus é a lógica do cristianismo invertido, que subiu ao poder. A sociedade se seculariza e se esquece de Deus. Deixa-o apenas sobreviver como adorno de sua própria afirmação do poder e como referência de legitimação de sua violência contra seus súditos em tempos de crises. Este Deus ajudou o poder secularizado a se instalar. E, uma vez instalado, este pôde renunciar àquele. O verdadeiro fundador do ateísmo é o teólogo Santo Anselmo. Ele começa definindo a justiça como o pagamento do que se deve. E a introduz na essência de Deus. Daí que, se Deus não está para além da lei, não há ninguém mais acima da lei. Então a lei é auto-suficiente e pode renunciar a Deus. E como se trata da lei burguesa, que não necessita de nenhum Sinai para ser proclamada, não precisa recordar o Sinai. A partir da justiça de pagar o que é devido, a lei burguesa se autoproclama. Desaparecendo o Sinai, Deus também morre.

A autoridade continua sendo o pai, que mata seu filho, mas que deixa de ser Deus. É poder secularizado. É democracia que afirma a lei.

Até os pobres se esquecem de Deus, porque se encontra no outro extremo de suas lutas. No entanto, o desaparecimento do Deus-autoridade, que mata seu filho, conduz ao reaparecimento do Deus da liberdade diante da lei, do Deus da fé. É na própria práxis da luta dos pobres que se torna a descobri-lo. Quanto mais o Deus-autoridade se seculariza e desaparece, tanto mais retorna o outro, que é Deus que *não* mata seu filho. Volta, assim, o Deus da fé porque o Deus-autoridade se auto-eliminou. Este é um Deus niilista e que se devora a si mesmo.

Retorna o Deus da liberdade frente à lei, o Deus da vida. Este é o Deus dos pobres, que sustenta o messianismo do pobre: é o Deus da opção preferencial pelos pobres. O Deus que faz sua a opção preferencial pelos pobres e não pelo poder. A obediência do pobre consiste em libertar-se e opor-se à lei. A obediência ao Deus da vida quer que o homem se liberte e se imponha à lei e não se submeta a ela. A obediência do poder para com o Deus da vida está em respeitar a opção preferencial pelos pobres e não em extingui-la pelo cumprimento da lei. A opção preferencial também é democrática. Mas não no sentido de submissão à lei, mas de submissão da lei à vida humana.

Não pode haver conciliação com Deus sem conciliação com os homens. E não há conciliação com os homens sem respeito pela opção preferencial pelos pobres. O cristianismo do Édipo ocidental, ao contrário, quer conciliar-se com Deus através das transgressões da lei, absolutizando a própria lei. Deste modo, por seu individualismo, se desvia da opção preferencial pelos pobres. E também desvia-se do Deus da vida para submeter-se a um Deus da morte.

Nesta submissão, cria esta culpabilidade, que a lei transforma em agressão ao outro. Busca, pela agressão, redimir a culpa, mas, agredindo, a recria. Dentro deste esquema, jamais o homem alcança a remissão porque a culpabilidade é produto desta agressão, através da qual ele espera redimir-se. Portanto, a culpabilidade existe e se faz notar em todas as partes, mas não existe consciência do pecado. Reduziu-se o pecado a simples transgressões da lei. E o pecado, que age através da lei, não pode ser percebido. A culpabilidade acaba flutuando sem nunca poder ancorar, sem ser vinculada à raiz da qual brota. Como tal, é transformada pela lei em agressão contra os que resistem a esta mesma lei. E a culpabilidade se auto-reproduz. E se lança contra aqueles que não podem viver sem impor suas necessidades acima da lei: estes são os pobres.

Isto cria uma desesperança em toda a sociedade, levando-a a se encaminhar para a autodestruição. Mas a destruição daqueles que não admitem viver sem impor suas necessidades acima da lei é a própria raiz desta culpabilidade. Não é possível dominá-la sem uni-la à sua origem. Não são as sessões psiquiátricas que resolvem tal questão, ainda que, possivelmente, a aliviem. Toda a sociedade tem de tomar consciência do pecado de destruição do pobre. Está aqui a origem da culpabilidade e somente a tomada de consciência sobre isto é que vai impedir o avanço desta culpabilidade e diminuí-lo. Esta é a saída para livrar-se da agressividade obsessiva

que a culpabilidade desraizada criou. A opção preferencial pelos pobres não tem apenas a ver com os pobres. Não é somente problema de um grupo. A própria sociedade não pode se redimir de sua culpabilidade se não acompanhar e fizer sua esta opção preferencial pelos pobres. Como está em jogo a sorte dos pobres, toda a sociedade está em jogo. Trata-se do problema que a teologia, tradicionalmente, aborda como justificação pela fé.

Porém, tão logo ressurge o Deus da vida, da liberdade e da fé, novamente se assanha o Deus da autoridade. E ele suga sua vida do Deus da vida com o fim de destruí-lo. Retorna, hoje, como Deus fundamentalista, portador da destruição do homem e da natureza. Mas não tem outra vida senão aquela que rouba do Deus da vida. Se conseguir encobri-lo novamente, desaparecerá ele também. Não gera vida, mas apenas suga a vida dos outros nesta luta dos deuses.

Depende dos pobres que Deus seja visível. Deus é *sua* esperança.

Franz J. Hinkelammert

Apartado 390

2070 Sabanilla

San José

Costa Rica

Tradução de
Augusto Angelo Zanatta